



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS E SUPRIMENTOS

EDITAL

PREGÃO ELETRÔNICO PMSGNº 023/2022.

INTENÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 020/2022 (Processo Administrativo nº 10.577/2022)

Torna-se público, para conhecimento dos interessados, que o Município de São Gonçalo, por intermédio da **Secretaria Municipal de Compras e Suprimentos**, realizará licitação, para registro de preços, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, do tipomenor preço por item, nos termos da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Decreto Federal nº 10.024 de 20 de setembro de 2019, do Decreto Municipal nº 093, de 15 de março de 2021, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e suas atualizações, do Decreto Municipal nº 057 de 11 de março de 2009, do Decreto nº 7892, de 23 de janeiro de 2013, da Lei Municipal nº 357/2011, a Instrução Normativa SEGES/MPDG n. 03/2018, aplicando-se subsidiariamente, a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e as exigências estabelecidas neste Edital.

Data da sessão: 13/04/2022

Horário: 10:00

Local: Portal de Compras do Governo Federal – www.comprasgovernamentais.gov.br

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é o registro formal de preços para futura e eventual **locação de equipamentos eletrônicos registradores de infrações de trânsito, que tem como principal função auxiliar os agentes de trânsito municipais nas atividades relacionadas à fiscalização de trânsito**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. O critério de julgamento adotado será o menor preço por item, observadas as exigências contidas neste Edital e seus anexos quanto às especificações do objeto.

2. DO ÓRGÃO GERENCIADOR E ÓRGÃOS PARTICIPANTES

2.1. O órgão gerenciador será a Secretaria Municipal de Transporte

2.2. Não existem outros órgãos participantes nesta licitação.

3. DO CREDENCIAMENTO

3.1. O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.

3.2. O cadastro no SICAF deverá ser feito no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio www.comprasgovernamentais.gov.br, por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP - Brasil.



3.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

3.4. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluía a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.5. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles que se tornem desatualizados.

3.5.1. A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação

3.6. A perda da senha ou a quebra de sigilo deverão ser comunicadas imediatamente ao provedor do sistema para imediato bloqueio de acesso.

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1 A ata de registro de preços, durante sua validade, com propósito de estimular e incentivar fomento de competidores para o certame o qual deflui em persecução a proposta mais vantajosa, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador, desde que devidamente justificada a vantagem e respeitadas, no que couber, as condições e as regras estabelecidas na Lei nº 8.666, de 1993 e no Decreto Municipal nº 057, de 2009.

4.2. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.

4.3. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 100% (cem por cento) dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços, na forma do Art. 8º, § 3º do Decreto Municipal nº 057/2009 e na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem.

4.4. Ao órgão não participante que aderir à ata competem os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação as suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

4.5. Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.



4.5.1. Caberá ao órgão gerenciador autorizar, excepcional e justificadamente, a prorrogação do prazo para efetivação da contratação, respeitado o prazo de vigência da ata, desde que solicitada pelo órgão não participante.

5. DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO.

5.1. Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com Credenciamento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, conforme disposto no art. 9º da IN SEGES/MP nº 3, de 2018.

5.1.1. Os licitantes deverão utilizar o certificado digital para acesso ao Sistema.

5.2. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006.

5.3. **Não poderão participar desta licitação os interessados:**

5.3.1. Proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;

5.3.2. Que não atendam às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

5.3.3. **Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente, conforme determina Artigo 1.134 do Código Civil Brasileiro;**

5.3.4. Que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666, de 1993;

5.3.5. Que estejam sob falência, concurso de credores, concordata ou em processo de dissolução ou liquidação. **As empresas em recuperação judicial que tenham seu plano de recuperação aprovado pelo juízo competente poderão participar do certame;**

5.3.6. Entidades empresariais que estejam reunidas em consórcio;

5.3.7. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário).

5.4. Como condição para participação no Pregão, a licitante assinalará “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

5.4.1. Que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49.

5.4.1.1. Nos itens exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame;



5.4.1.2. Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte;

5.4.2. Que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos;

5.4.3. Que cumpre os requisitos para a habilitação definidos no Edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias;

5.4.4. Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

5.4.5. Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição.

5.4.6. Que a proposta foi elaborada de forma independente, nos termos da Instrução Normativa SLTI/MP nº 2, de 16 de setembro de 2009.

5.4.7. Que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

5.4.8. Que os serviços são prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.

5.5. A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

6. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

6.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital e seus anexos, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

6.2. O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital e seus anexos, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

6.3. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

6.4. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.



- 6.5. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema;
- 6.6. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.
- 6.7. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.
- 6.8. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.
- 6.9. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

7. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

- 7.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:
- 7.1.1. Valor unitário e total do item ou percentual de desconto;
- 7.1.2. Marca;
- 7.1.3. Fabricante;
- 7.1.4. Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência: indicando, no que for aplicável, o modelo, prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso;
- 7.1.5. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.
- 7.1.6. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.
- 7.1.7. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 7.1.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.
- 7.1.9. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a fiscalização do Tribunal de Contas do Estado e da União, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da



empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

8. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

8.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

8.2. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.

8.2.1. Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

8.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

8.2.3. A aceitação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito nas fases subsequentes.

8.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

8.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagem entre o Pregoeiro e os licitantes.

8.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

8.5.1. **O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item, limitado a quatro casas decimais.**

8.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

8.7. O licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

8.8. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser 01 (um) centavo.

8.9. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

8.10. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

8.11. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS E SUPRIMENTOS

- 8.12. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.
- 8.13. Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.
- 8.14. Em caso de falha no sistema, os lances em desacordo com os subitens anteriores deverão ser desconsiderados pelo pregoeiro, devendo a ocorrência ser comunicada imediatamente à Secretaria de Gestão do Ministério da Economia;
- 8.15. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 8.16. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 8.17. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 8.18. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 8.19. O Critério de julgamento adotado será o **menor preço por item**, conforme definido neste Edital e seus anexos.
- 8.20. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 8.21. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.
- 8.22. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lanceserão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 8.23. A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
- 8.24. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.



8.25. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

8.26. Quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência em relação ao produto estrangeiro, o critério de desempate será aplicado exclusivamente entre as propostas que fizerem jus às margens de preferência, conforme regulamento.

8.27. A ordem de apresentação pelos licitantes é utilizada como um dos critérios de classificação, de maneira que só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances).

8.28. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 3º, § 2º, da Lei nº 8.666, de 1993, assegurando-se a preferência, sucessivamente, aos bens produzidos:

8.28.1. No país;

8.28.2. Por empresas brasileiras;

8.28.3. Por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

8.28.4. Por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação.

8.29. Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.

8.30. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

8.31. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

8.32. **O pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de 24(vinte e quatro) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos anexos e documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.**

8.33. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

9. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA.

9.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS E SUPRIMENTOS

estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no parágrafo único do art. 7º e no § 9º do art. 26 do Decreto Municipal n.º 093/2021.

9.2. Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, que apresentar preço final superior ao preço máximo fixado (Acórdão nº 1455/2018 -TCU - Plenário), ou que apresentar preço manifestamente inexequível.

9.2.1 Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

9.3. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita;

9.4 A proposta de preço contendo as especificações detalhadas dos itens ofertados, com o valor atualizado da licitante detentora da melhor oferta, acompanhado com manuais/folders/encartes de cada item que compõe o grupo vencedor, se for o caso; proposta vencedora, DEVERÁ ser enviada ELETRONICAMENTE, NO PRAZO DE 24 (vinte e quatro) horas contando da solicitação do Pregoeiro, por meio da opção “ENVIAR ANEXO” do Portal Comprasnet, em arquivo único (conforme IN nº03/2018 MPOG art. 21, §6º)

9.4.1 O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pelo Pregoeiro por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita pelo Pregoeiro.

9.5 Caso a Licitante não logre êxito em enviar eletronicamente ou equivocar-se no envio do arquivo através do sítio oficial (COMPRASNET), deverá oficializar a solicitação ao Pregoeiro da reabertura do prazo remanescente no sistema, através de e-mail: pregaoeletronico@pmsg.rj.gov.br contendo o “*printscreen*” da tela e aviso por telefone **(21) 2199-6382**. Tal solicitação não será garantia da reabertura de prazo após a análise do Pregoeiro.

9.6 Caso o sítio oficial (COMPRASNET) esteja indisponível, deverá registrar através da Plataforma de Atendimento disponível no Portal de Compras Governamentais (<http://portaldeservicos.planejamento.gov.br> ou 0800-978-9001) um acionamento do ocorrido, remetendo o protocolo através de e-mail: pregaoeletronico@pmsg.rj.gov.br e aviso por telefone **(21) 2199-6382** ao Pregoeiro para reabertura do prazo remanescente no sistema. Após análise do Pregoeiro em consulta ao SERPRO, tal solicitação não será garantia da reabertura de prazo.

9.7 Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

9.8 Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.



- 9.9 O Pregoeiro poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.
- 9.10. Também nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.
- 9.11. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
- 9.12. Sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.
- 9.13. Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.
- 9.14. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

10. DA HABILITAÇÃO

10.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

10.1.1. SICAF;

10.1.2. Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do Tribunal de Contas da União (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>)

10.1.3. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).

10.1.4. Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU (https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=1660:3:7263467310545:::P3_TIPO_RELACAO:INI_DONEO);

10.1.5. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

10.1.6. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS E SUPRIMENTOS

10.1.7. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

10.1.8. O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

10.1.9. Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

10.1.10. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

10.2. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação dos licitantes será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista, à qualificação econômica financeira e habilitação técnica, conforme o disposto na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018.

10.2.1. O interessado, para efeitos de habilitação prevista na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018 mediante utilização do sistema, deverá atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas;

10.2.2. **É dever do licitante atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, em conjunto com a apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada.**

10.2.3. O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do licitante, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões feita pelo Pregoeiro lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s), conforme art. 43, §3º, do Decreto 10.024, de 2019.

10.2.4. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, sob pena de inabilitação.

10.2.5. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

10.2.6. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

10.2.7. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

10.2.8. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS E SUPRIMENTOS

10.2.9. Também poderão ser consultados os sítios oficiais emissores de certidões, especialmente quando o licitante esteja com alguma documentação vencida junto ao SICAF.

10.2.10. Ressalvado o disposto no item 5.3, os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação:

10.3. **Habilitação jurídica:**

10.3.1. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

10.3.2. Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;

10.3.3. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

10.3.4. Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

10.3.5. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

10.3.6. No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;

10.3.7. No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização, conforme determina Artigo 1.134 do Código Civil Brasileiro.

10.3.8. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

10.4. **Regularidade fiscal e trabalhista:**

10.4.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

10.4.2. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

10.4.3. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes municipal, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS E SUPRIMENTOS

10.4.4. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

10.4.5. Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual, através da Certidão Negativa de Débitos e da Certidão Negativa de Dívida Ativa ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa;

10.4.6. Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal, através da Certidão Negativa de Débitos e da Certidão Negativa de Dívida Ativa ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa.

10.4.7. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

10.4.8. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei 5.452, de 1º de maio de 1943;

10.4.9. Caso o licitante seja considerado isento dos tributos federais, estaduais ou municipais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante declaração das respectivas Fazendas do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

10.4.10. Os documentos constantes nos subitens 10.4.4, 10.4.5, 10.4.6, 10.4.7 e 10.4.8 deverão ter validade na data estipulada no preâmbulo para envio da proposta.

10.5. Qualificação Econômico-Financeira.

10.5.1. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;

10.5.2. A sede da licitante onde a Comarca já esteja em funcionamento o Processo Judicial Eletrônico-PJe, a Certidão de falência ou recuperação judicial deverá ser requerida diretamente ao Tribunal de Justiça do Estado-TJe.

10.5.3. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

10.5.4. No caso de fornecimento de bens para pronta entrega, não será exigido da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, a apresentação de balanço patrimonial do último exercício financeiro. (Art. 3º do Decreto nº 8.538, de 2015);



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS E SUPRIMENTOS

10.5.5. No caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade;

10.5.6. É admissível o balanço intermediário, se decorrer de lei ou contrato social/estatuto social.

10.5.7. Caso o licitante seja cooperativa, tais documentos deverão ser acompanhados da última auditoria contábil-financeira, conforme dispõe o artigo 112 da Lei nº 5.764, de 1971, ou de uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador;

10.5.8. A comprovação da situação financeira da empresa será constatada mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um) resultantes da aplicação das fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

10.5.9. Caso o licitante detentor do menor preço seja microempresa, empresa de pequeno porte, ou sociedade cooperativa enquadrada no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007, deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

10.5.10. As certidões descritas no item **10.5.1** que não possuam prazo de validade expresso deverão ter sido expedidas há menos de 90 (noventa) dias da data de recebimento da proposta.

10.6. Qualificação Técnica

10.6.1 Para fins de qualificação técnica, com fundamento no art. 30º, da Lei Federal nº 8.666/1993, as licitantes deverão apresentar:

10.6.2. Registro ou inscrição da empresa licitante no CREA (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia) e/ou CRA (Conselho Regional de Administração), conforme as áreas de atuação previstas no Termo de Referência, em plena validade;

10.6.3. Cópia da portaria de credenciamento da pessoa jurídica junto à SENATRAN (Secretaria Nacional de Trânsito) (Portaria N.º 099/2017);



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS E SUPRIMENTOS

10.6.4. Comprovação de aptidão para a prestação dos serviços em características equivalentes ao objeto descrito neste Termo de Referência, por meio da apresentação de um ou mais atestados de capacidade técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado devidamente identificada, em nome do licitante, compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da presente licitação, devidamente lastreada por cópia do contrato da prestação do serviço e Acervo Técnico do responsável no CREA (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia) e/ou CRA (Conselho Regional de Administração) da região de referência a que estiver vinculada a prestação do serviço;

10.6.4.1. Será admitida a apresentação de forma concomitante de diferentes atestados de serviços executados pela pessoa jurídica;

10.6.5. Comprovante de possuir em seu quadro permanente, na data prevista assinatura do contrato, profissional de nível superior, devidamente registrado no CREA (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia) e/ou CRA (Conselho Regional de Administração);

10.6.5.1. Entendendo-se como comprovação, para fins deste certame, o sócio que comprove seu vínculo por intermédio de contrato social/estatuto social; o administrador ou o diretor; o empregado devidamente registrado em Carteira de Trabalho e Previdência Social, e o prestador de serviços com contrato escrito firmado com o licitante, ou com declaração de compromisso de vinculação contratual futura, caso o licitante se sagre vencedor desta licitação.

10.6.6. Registro ou inscrição dos profissionais no CREA (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia) e/ou CRA (Conselho Regional de Administração), conforme as áreas de atuação previstas no Termo de Referência, em plena validade

10.6.6.1. No decorrer da execução do contrato, os profissionais de que trata o subitem anterior poderão ser substituídos, nos termos do artigo 30, §10, da Lei nº 8.666, de 1993, por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que a substituição seja aprovada pela Administração.

10.6.6.2. No caso de dois ou mais licitantes indicarem o mesmo profissional como responsável técnico, ambas as licitantes serão inabilitadas;

10.6.7. Laudo Técnico (elaborado por profissional, sem vínculos laborais com a solicitante, que possua certificação em auditoria de sistema, segurança da informação ou forense computacional, ou por Universidade ou Instituição a ela vinculada) que comprove o atendimento do software aos requisitos estabelecidos pelo SENATRAN, conforme art. 5º da Portaria N.º 099/2017;

10.6.8. Cópia da publicação de homologação na SENATRAN válida, do Software do Talonário Eletrônico de Trânsito, conforme portaria 99/2017 da referida Secretaria Nacional de Trânsito (e suas alterações), em especial com o previsto no artigo 6º da referida Portaria.

10.6.9. No caso de reprovação do licitante na Qualificação Técnica, o licitante será desclassificado, e convocado o licitante com a classificação imediatamente seguinte, e assim sucessivamente. O procedimento será o mesmo expresso nos subitens acima.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS E SUPRIMENTOS

10.6.10. As soluções ofertadas serão alvo de Prova de Conceito, conforme definido no Anexo VI, para atestação dos requisitos técnicos especificados para cada solução. A Prova de Conceito é obrigatória e eliminatória, o que significa que caso a comissão não considere todas as soluções aprovadas em suas provas, a Licitante será desclassificada.

10.6.11. Ainda para verificação de conformidade, a(s) licitante(s) deverá(ão) apresentar toda a documentação técnica disponível da solução ofertada, para que sejam analisados pelos representantes da área requisitante.

10.7 O licitante enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado (a) da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal e (b) da apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício.

10.8 A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.

10.9 A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.

10.10 Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

10.10.1 A não regularização fiscal no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal, será concedido o mesmo prazo para regularização.

10.11 Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

10.12 Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

10.13 Nos itens não exclusivos a microempresas e empresas de pequeno porte, em havendo inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

10.14 O licitante provisoriamente vencedor em um item, que estiver concorrendo em outro item, ficará obrigado a comprovar os requisitos de habilitação cumulativamente, isto é, somando



as exigências do item em que venceu às do item em que estiver concorrendo, e assim sucessivamente, sob pena de inabilitação, além da aplicação das sanções cabíveis.

10.15 Não havendo a comprovação cumulativa dos requisitos de habilitação, a inabilitação recairá sobre o(s) item(ns) de menor(es) valor(es) cuja retirada(s) seja(m) suficiente(s) para a habilitação do licitante nos remanescentes.

10.16 No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

10.17 Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.

10.18 Em caso de anotação de distribuição de processo de recuperação judicial ou de pedido de homologação de recuperação extrajudicial, deverá ser comprovado, no momento da entrega da documentação exigida no presente item, que o plano de recuperação já foi aprovado ou homologado pelo Juízo competente, sob pena de inabilitação.

10.19 Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

11 DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

11.1 A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de **24 (vinte e quatro) horas**, a contada solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico, **conforme os subitens 9.4 a 9.7 deste edital**, e deverá:

11.1.1 Ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.

11.1.2 Conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.

11.2 A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

11.3 Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a Contratada.

11.4 Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso (art. 5º da Lei nº 8.666/93).

11.5 Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

11.6 A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.



11.7 A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

11.8 As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

11.8.1 A proposta final deverá ser encaminhada com os respectivos manuais, encartes/folders, *se for o caso* e demais informações pertinentes ao(s) respectivo(s) lote(s) vencidos no certame.

12 DOS RECURSOS

12.1 Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, será concedido o prazo de no mínimo trinta minutos, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.

12.2 Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

12.2.1 Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

12.2.2 A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.

12.2.3 Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de três dias corridos para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros três dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

12.3 O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

12.4 Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital..

13 DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

13.1 A sessão pública poderá ser reaberta:

13.1.1 Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.



13.1.2 Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

13.2 Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

13.2.1. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico (“chat”), e-mail, ou, ainda, fac-símile, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

13.2.2. A convocação feita por e-mail ou fac-símile dar-se-á de acordo com os dados contidos no SICAF, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

14 DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

14.1 O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do Pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

14.2 Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

15 DO PREÇO

15.1 Os preços são fixos e irredutíveis.

15.2 As contratações decorrentes da Ata de Registro de Preços poderão sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666/93 e no Decreto Municipal nº 057, de 2009.

16 DA DESCRIÇÃO, DO REGIME, DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

16.1 Estão previstos no Termo de Referência. (ANEXO I).

17 DA MEDIÇÃO E DO PAGAMENTO

17.1 O valor a ser pago à CONTRATADA será calculado com base na medição da quantidade de aparelhos efetivamente solicitados por Ordem de Serviço da Contratante e disponibilizados pela Contratada, devidamente operáveis, com Sistema e Rede em perfeito funcionamento e em conformidade com as especificações deste Termo de Referência, para uso da Contratante, dentro do mês referente ao faturamento.

17.1.1 Havendo necessidade de retirada de aparelhos para manutenção, por defeito ou outros, deve ser disponibilizado aparelho substitutivo na imediata ocasião da retirada;



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS E SUPRIMENTOS

17.1.2 Nos casos de manutenção, defeito ou outros que ocasione retirada de aparelhos e estes não sejam substituídos conforme o subitem anterior, ocasionando *déficit* no quantitativo, será descontado da medição mensal o valor conforme premissa abaixo:

N = quantidade de aparelhos faltantes
S = custo unitário do aparelho/ 30 (R\$/dias mês)
T = dias em que houve déficit no quantitativo
D = desconto
 $D = N \times S \times T$

17.1.3 Nos casos de suspensão, indisponibilidade ou inaptidão técnica dos sistemas e rede, de responsabilidade comprovada da Contratada, será descontado da medição mensal o valor conforme premissa abaixo:

S = custo unitário do serviço/ 720 (R\$/horas mês)
T = dias em que houve erro na operação
D = desconto
 $D = S \times T$

17.2 Nos casos previstos nos subitens 13.1.2 e 13.1.3, poderá ainda ser considerada a Inexecução Parcial ou Total do Serviço, de acordo com o período, ficando à discricionariedade da Contratante a aplicação das Sanções Administrativas previstas neste Termo de Referência.

17.3 A Nota Fiscal ou Fatura emitida pela Contratada deverá ser atestada pelos Fiscais da Contratação, que farão a conferência da paridade do faturamento com as premissas de medição descritas nos subitens acima.

17.4 Somente será emitida ordem de pagamento mediante apresentação da Nota Fiscal, devidamente atestada, no Protocolo da Secretaria Municipal de Trânsito.

17.5 O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias corridos, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal no protocolo da SEMTRAN, devidamente atestada, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pela contratada.

17.5.1 Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data do recebimento da Nota Fiscal atestada, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

17.6 A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

17.6.1 Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

17.7 Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS E SUPRIMENTOS

ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

17.8 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

17.9 Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

17.10 Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

17.11 Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

17.12 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

17.13 Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

17.14 Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

17.15 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

17.15.1 A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

17.16 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;



N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \frac{(6 / 100)}{365} \quad \begin{array}{l} I = 0,00016438 \\ TX = \text{Percentual da taxa anual} = 6\% \end{array}$$

17.17 As especificações do CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO encontram-se detalhadas no Anexo II deste Termo de Referência.

18 DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

18.1 Homologado o resultado da licitação, terá o adjudicatário o prazo 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

18.2 Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura da Ata de Registro de Preços, a Administração poderá encaminhá-la para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinada e devolvida no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data de seu recebimento.

18.3 O prazo estabelecido no subitem anterior para assinatura da Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pelo(s) licitante(s) vencedor(s), durante o seu transcurso, e desde que devidamente aceito.

18.4 Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quanto necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

18.4.1 Será incluído na ata, sob a forma de anexo, o registro dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais aos do licitante vencedor na sequência da classificação do certame, excluído o percentual referente à margem de preferência, quando o objeto não atender aos requisitos previstos no art. 3º da Lei nº 8.666, de 1993;

19 DO TERMO DO CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE

19.1 Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.

19.2 O adjudicatário terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.



19.2.1 Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou aceite do instrumento equivalente, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura ou aceite da Adjudicatária, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado ou aceito no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data de seu recebimento.

19.2.2 O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

19.3 O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:

19.3.1 referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 8.666, de 1993;

19.3.2. a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no edital e seus anexos;

19.3.3. a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 77 e 78 da Lei nº 8.666/93 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 79 e 80 da mesma Lei.

19.4 O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços é de 12 (doze) meses, contados da data de assinatura da Ata de Registro de Preços, vedada a sua prorrogação, conforme art. 12 caput do Decreto Federal 7.892/2013.

19.5 Previamente à contratação a Administração realizará consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018, e nos termos do art. 6º, III, da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, consulta prévia ao CADIN.

19.6 Na assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato ou da ata de registro de preços.

19.7 Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas no edital ou se recusar a assinar o contrato ou a ata de registro de preços, a Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar outro licitante, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o contrato ou a ata de registro de preços.

20

DO REAJUSTAMENTO EM SENTIDO GERAL

20.1. As regras acerca do reajustamento em sentido geral do valor contratual são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Edital.



21 DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO

21.1. Os critérios de recebimento e aceitação do objeto e de fiscalização estão previstos no Termo de Referência.

22 DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

22.1 As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas no Termo de Referência.

23 DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

23.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, o licitante/adjudicatário que:

- 23.1.1 Não assinar o contrato quando convocado dentro do prazo de validade da proposta, não aceitar/retirar a nota de empenho dentro do prazo.
- 23.1.2 Apresentar documentação falsa;
- 23.1.3 Deixar de entregar os documentos exigidos no certame;
- 23.1.4 Ensejar o retardamento da execução do objeto;
- 23.1.5 Não manter a proposta;
- 23.1.6 Cometer fraude fiscal;
- 23.1.7 Comportar-se de modo inidôneo;

23.2. As sanções do item acima também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva, em pregão para registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente.

23.3 Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

23.4 O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem anterior ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

- 23.4.1 Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;
- 23.4.2 Multa de **0,33% (zero vírgula trinta e três por cento)** sobre o valor do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do contratado;
- 23.4.3 Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;
- 23.4.4 Impedimento de licitar e de contratar com o Município de São Gonçalo e descredenciamento no SICAF, pelo prazo de até cinco anos;



23.5 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

23.6 A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

23.7 Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

23.8 A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

23.9 O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Municipal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

23.10 Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

23.11 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

23.12 A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade,

23.13 As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

23.14 As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas no Termo de Referência.

24 DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

24.1 Até 03 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital.

24.2 A impugnação será realizada na forma eletrônica, por meio do e-mail pregaoeletronico@pmsg.rj.gov.br.

24.3 Caberá ao Pregoeiro decidir sobre a impugnação no prazo de até 02 (dois) dias úteis, contados da data de recebimento da impugnação.



- 24.4 Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.
- 24.5 Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, até 03 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet, no endereço indicado no Edital.
- 24.6 O pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de dois dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos.
- 24.7 As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
- 24.8 A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.
- 24.9 As respostas às impugnações e os esclarecimentos prestados pelo Pregoeiro serão entranhados nos autos do processo licitatório e estarão disponíveis para consulta por qualquer interessado.

25 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 25.1 Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.
- 25.2 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.
- 25.3 Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.
- 25.4 No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 25.5 A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- 25.6 As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 25.7 Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 25.8 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS E SUPRIMENTOS

25.9 O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

25.10 Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

25.11 O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico <http://www.comprasgovernamentais.gov.br> e <https://servicos.pmsg.rj.gov.br/licitacao/> e também poderão ser lidos e/ou obtidos na Secretaria Municipal de Compras e Suprimentos, endereço Rua Feliciano Sodré, nº 100, Centro, SG, nos dias úteis, no horário das 9:00 horas às 16:30 horas, mesmo endereço e período no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.

25.12 Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO I - Termo de Referência;

ANEXO II – Proposta Comercial;

ANEXO III – Planilha Orçamentária;

ANEXO IV – Ata de Registro de Preços;

ANEXO V – Minuta do Contrato.

São Gonçalo, ____ de _____ de 2022.

Fábio Ricardo Fontes Lemos
Secretaria Municipal de Transporte
Matr.: 124.497



ANEXO I
TERMO DE REFERÊNCIA
Adoção de Sistema de Registro de Preço

() Não (x) Sim

1. OBJETO

1.1. O objetivo do presente certame consiste na contratação, eventual e futura, de empresa especializada em locação de equipamentos eletrônicos registradores de infrações de trânsito, que tem como principal função auxiliar os agentes de trânsito municipais nas atividades relacionadas à fiscalização de trânsito. Para realização destas atividades necessita-se fazer a locação de até 80 (oitenta) equipamentos registradores de infração de trânsito (Quadro Quantitativo constante no Anexo I), com software específico para o talonário eletrônico CTB e talonário eletrônico para infrações de transporte conforme legislação municipal de São Gonçalo-RJ instalado, em sistema que permita o registro "online e offline" dos autos de infrações com assinatura digital em equipamentos portáteis.

1.2. Quadro Descritivo:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QUANT.	UNID.
01	Equipamentos Eletrônicos Registradores de Infrações de Trânsito e Transporte Características mínimas: Smartphone com pacote de dado e voz - tela mínima full HD 5", câmera duplas sendo a principal de 13 MP; processador Quad-Core, memória 2GB-RAM, armazenamento 16-GB, localização por GPS; bluetooth integrado, comunicação GSM/GPRS/3G/4G, WiFi e kit de proteção contra quedas. Impressora térmica - Impressão em papel rolo, peso máximo 800g, resolução 200 dpi h/v, largura do papel 70mm, velocidade 3 linhas/s, bluetooth, bateria recarregável com autonomia de 8 horas. Software de gestão - Características mínimas (Anexo IV) Período de 12 meses	80	Unid

1.3. A empresa licitante deverá discriminar na proposta, quando do envio da mesma, o PREÇO UNITÁRIO, O CUSTO MENSAL E ANUAL para a quantidade total estimada de 80 (oitenta) equipamentos.



1.4. A proposta deverá ser apresentada acompanhada da **Planilha de Composição dos Preços**, discriminando separadamente cada componente do objeto, conforme Quadro do Anexo VII, com detalhamento de todos os custos que compõe o preço do respectivo componente.

1.5. Relação estimada dos itens que irão compor o Custo Unitário de cada Talonário:

- a) Aparelhos Smartphone;
- b) Pacote de dados e de voz (todos os Smartphones devem falar entre si de modo gratuito);
- c) Serviço de foto e vídeo de forma a fundamentar melhor a fé pública dos agentes;
- d) Aparelho com Hardware e Software de GPS integrado;
- e) Internet ilimitada (com acessos controlados);
- f) Impressoras térmicas portáteis com tecnologia bluetooth;
- g) Back Office (sistema de retaguarda);
- h) Suporte técnico (via e-mail, telefone ou presencial).

1.6. Itens que atenderão a todo o sistema:

- a) Licença de uso do sistema de gestão do talonário eletrônico
- b) Ponto de acesso a internet - velocidade mínima 100Mb
- c) Técnico exclusivo para assessorar o sistema
- d) Treinamento dos agentes e gestores

1.7. Especificações do talonário eletrônico para multas de trânsito e transporte

1.7.1. Dos serviços

1.7.1.1. Durante a contratação, a Contratada deverá prestar todos os serviços de Assistência Técnica, com vistas a manter os equipamentos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.

1.7.1.2. A Assistência Técnica abrange, além da substituição quando for o caso, a realização da manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos pela própria Contratada, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.

a) Manutenção preventiva é toda a ação sistemática de controle e monitoramento, com o objetivo de reduzir ou impedir falhas no desempenho de equipamentos;

b) Manutenção corretiva é aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.

1.7.1.3. Os equipamentos que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da contratação deverão ser substituídos por outros novos, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos anteriormente contratados.

1.7.1.4. Uma vez notificada, a Contratada realizará a substituição do(s) equipamento(s)



que apresentar(em) vício ou defeito **em até 48 (quarenta e oito) horas**.

1.7.1.5. Na hipótese do subitem 1.8.1.4, a Contratada deverá disponibilizar equipamento de especificação igual ou superior ao anteriormente fornecido;

1.7.1.6. No caso de manutenção, com previsão de retorno do equipamento para a Contratante, a Contratada deverá disponibilizar outro(s) novo(s), de primeiro uso, e originais, ou equipamento(s) em perfeito estado que apresente(m) padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos contratados.

1.7.1.7. Os equipamentos levados para reparo nas oficinas do fabricante, ou autorizadas, deverão ser devolvidos ao uso da Contratante, se for o caso, em perfeitas condições de funcionamento. O custo envolvido na troca ou manutenção do(s) equipamento(s) será de responsabilidade da Contratada.

1.7.1.8. A critério do Município, os equipamentos que sofrerem reparos ou sejam consequentes de troca poderão ser submetidos a novos testes de aceitação e/ou a nova aferição.

1.7.1.9. Durante o período do contrato, a CONTRATADA será responsável pela manutenção técnica do sistema, inclusive para fins de adequação a eventuais mudanças de legislação e normas internas do Município.

1.7.1.10. Durante toda a vigência do contrato a empresa Contratada deverá manter e custear um ponto de acesso à internet, velocidade mínima de 100MB, instalado nas dependências da SEMTRAN para prestar o apoio técnico necessário ao bom andamento dos serviços.

1.7.1.11. O Município será responsável pela integridade e guarda dos Módulos Portáteis (talão eletrônico) fornecidos pela CONTRATADA e operados pelos seus agentes de trânsito. Os custos decorrentes da substituição ou recuperação de equipamentos extraviados, perdidos ou danificados serão ressarcidos à CONTRATADA pelo Município, mediante a apresentação da respectiva Nota Fiscal, e incluídos na primeira medição após a sua apresentação.

1.7.1.12. Pelo período mínimo de 06 (seis) anos após o final do contrato a CONTRATADA deverá disponibilizar consulta da CONTRATANTE ao banco dados e ao sistema pertinente aos serviços prestados.

1.7.2. Treinamento dos agentes de trânsito

1.7.2.1. O objetivo do treinamento é capacitar tecnicamente os agentes de trânsito na operação dos Módulos Portáteis (Talonário Eletrônico).

1.7.2.2. A CONTRATADA deverá apresentar um cronograma e conteúdo programático de todo o treinamento, a serem aprovados pela CONTRATANTE, contendo aulas teóricas e práticas.



1.7.2.3. Os treinamentos deverão ser constituídos da seguinte forma:

- a. Realizados nas dependências da Contratante.
- b. Ministrados em português;
- c. Para cada fase do treinamento deverão ser disponibilizados manuais necessários ao acompanhamento do treinamento pelos agentes. Os respectivos manuais deverão ter aprovação prévia da CONTRATANTE;
- d. Carga horária diária máxima de 6 (seis) horas;
- e. Prazo máximo de 30 (trinta) dias;
- f. O número de agentes a ser capacitado por treinamento será de no máximo duas vezes o número de equipamentos contratados.

1.7.2.4. Durante toda a vigência do contrato a Contratada deverá manter pelo menos um funcionário com formação técnica em Informática lotado nas dependências da SEMTRAN para prestar o apoio técnico necessário ao bom andamento dos serviços.

1.7.3. Dos equipamentos

1.7.3.1. Os equipamentos de campo deverão ser do tipo SMARTPHONE, devendo operar nos modos on-line e off-line, disponibilizando capacidade suficiente para armazenamento embarcado de dados de VEÍCULOS e CONDUTORES, como plano de contingência. Tal como capacidade de armazenamento suficiente para que seja possível armazenar todas as informações dos autos de infrações de trânsito lavrados em áreas onde houver qualquer tipo de restrição a transmissão de dados.

1.7.3.2. Deverão ser capazes de operar em todo o MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO possuindo recursos de comunicação de dados, em tempo real, por conexões 2G, 3G, 4G, 5G e rede Wifi.

1.7.3.3. As impressoras deverão ser térmicas, móveis e portáteis, totalmente integradas aos demais componentes, contendo as características mínimas e necessárias para operação em campo.

1.7.3.4. As especificações técnicas contidas nesse Termo de Referência podem ser complementadas e/ou substituídas por outras com características semelhantes ou superiores as apontadas, e que atendam a evolução tecnológica e garantam o perfeito funcionamento dos equipamentos, sendo sua comprovação avaliada através da apresentação da documentação técnica de cada um dos respectivos equipamentos descritos.

1.7.3.5. As especificações técnicas detalhadas dos equipamentos estão descritas no Anexo III.

1.7.4. Dos softwares

1.7.4.1. Licença de uso de software – APLICATIVO DE TALONÁRIO ELETRÔNICO

1.7.4.1.1. A outorga de licença de uso de software de Talonário Eletrônico de Infração de Trânsito deverá ser realizada sem exclusividade, disponibilizada de forma mensal, segundo os termos previstos neste Termo de Referência, para ser implantada em até 80 (oitenta) dispositivos móveis do tipo smartphone.

1.7.4.1.2. O Software de Talonário Eletrônico de Infração de Trânsito, juntamente com todas as suas versões, durante a vigência do contrato deverá estar e se manter homologado pelo SENATRAN (Secretaria Nacional de Trânsito), nos termos das



Portarias nº 099/17 e nº 124/17 expedidas por aquela, e suas alterações, e demais legislações que sucederem, sem que isso venha a incorrer em qualquer custo adicional à Secretaria Municipal de Transportes - SEMTRAN, não podendo a CONTRATADA suspender ou mesmo interromper o fornecimento da solução durante o período de homologação da mesma.

1.7.4.1.3. Em toda e qualquer alteração no Software de Talonário de Infração de Trânsito e/ou em suas versões, deverá a CONTRATADA realizar a homologação desta na SENATRAN (Secretaria Nacional de Trânsito) de acordo com a legislação vigente à época, sem que isso venha a incorrer em qualquer custo adicional a Secretaria Municipal de Transportes - SEMTRAN, não podendo a CONTRATADA suspender ou mesmo interromper o fornecimento da solução durante o período de homologação da mesma.

1.7.4.1.4. A Licença de software deve contemplar e ser aderente as necessidades do órgão conforme descritos no Anexo IV.

1.7.4.1.5. O software deve ser completamente aderente ao disposto nas Portarias nº 99 de 01/06/2017, nº 124 de 19/06/2017 e Resolução nº 619 de 06/09/2016 para desempenho de funções de gestão de infrações e integração com os sistemas da Secretaria Municipal de Transportes - SEMTRAN, e que apresentem os requisitos funcionais e não funcionais adicionais descritos Anexo IV.

1.7.4.2. Licença de uso de software – PORTAL E SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO DE RECURSOS DE INFRAÇÕES.

1.7.4.2.1. Sistema Integrado para Gestão de Recursos de Infrações junto a JARI. Licença de software deve contemplar e ser aderente as necessidades do órgão conforme descritos no Anexo IV.

1.7.4.3. Licença de uso de software – APLICATIVOS DE RASTREAMENTO E MONITORAMENTO

1.7.4.3.1. Aplicativos de Rastreamento e Monitoramento fornecido como Licença de software, devendo contemplar e ser aderente às necessidades do órgão conforme descritos no Anexo IV.

1.7.4.3.2. Licença de uso de software – PORTAL ADMINISTRATIVO DO SISTEMA INTEGRADO DE RASTREAMENTO E MONITORAMENTO. Sistema Integrado para Rastreamento e Monitoramento. Licença de **software deve contemplar e ser aderente as necessidades do órgão conforme descritos no Anexo IV.**

1.7.4.4. Licença de uso de software – APLICATIVO DE FISCALIZAÇÃO DE TRANSPORTE.

1.7.4.4.1. Aplicativo de registro de Infrações Municipais e Fiscalização de Transportes fornecido como Licença de software deve contemplar e ser aderente as necessidades do órgão conforme descritos no Anexo IV.

1.7.4.5. Licença de uso de software – PORTAL ADMINISTRATIVO DO SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DE TRANSPORTES

1.7.4.6. **Laudo Técnico de comprovação do atendimento do software aos requisitos estabelecidos pelo SENATRAN, conforme art. 5º da Portaria N.º 099/2017 - O laudo técnico descrito neste item deverá ser renovado pela Contratada, a cada 4 (quatro) anos, sem ônus para a Contratante.**



1.7.4.6.1. O sistema informatizado (software) que compõe o Talão Eletrônico deverá ser homologado pelo órgão máximo executivo de trânsito da União – SENATRAN.

1.7.4.6.2. Para cumprimento do estabelecido no subitem anterior, deverá ser entregue à SEMTRAN laudo técnico que comprove o atendimento dos requisitos estabelecidos no anexo da Portaria N.º 099/2017.

1.7.4.6.3. O laudo em referência no subitem anterior deverá ser emitido por profissional, sem vínculos laborais com a solicitante, que possua certificação em auditoria de sistema, segurança da informação ou forense computacional, ou por universidade ou instituição a ela vinculada.

1.7.4.6.4. O laudo técnico em referência no subitem anterior deverá ser renovado e encaminhado à SEMTRAN a cada 4 (quatro) anos.

1.7.4.6.5. A homologação do Talão Eletrônico deve ser precedida da descrição detalhada de seu funcionamento, ficando disponível ao público na sede do órgão ou entidade de trânsito e junto à respectiva Junta Administrativa de Recurso de Infração – JARI.

1.7.5. Segurança da informação (Condições Gerais dos Softwares)

1.7.5.1. As licenças dos softwares descritas neste Termo de Referência, que serão fornecidas na modalidade SaaS - Software as a Service (Software como Serviço), incluem toda e qualquer customização no software que possam ser solicitadas pela Secretaria Municipal de Transportes - SEMTRAN durante a vigência do contrato, portanto, qualquer customização que possa ser desenvolvida pela CONTRATADA durante a vigência do contrato, será incorporada na licença ora outorgada, ocorrendo, portanto, a transposição de eventuais customizações contratadas nas “VERSÕES”, “RELEASES”, OU “PATCH” subsequentes do software disponibilizadas pela CONTRATADA, sem qualquer custo a Secretaria Municipal de Transportes - SEMTRAN.

1.7.5.2. Todos os softwares descritos neste Termo de Referência deverão ser atualizados e assim mantidos, durante a vigência do contrato, quanto às atualizações legais relativas e pertinentes a legislação de trânsito e que sejam aplicáveis, dentro dos prazos estipulados pela legislação e sempre em conjunto com a Secretaria Municipal de Transportes - SEMTRAN, para que os agentes de trânsito delegados pela Autoridade de Trânsito possam lavrar Auto de Infração de Trânsito, além de disponibilização de melhorias técnicas e funcionalidades ao software requisitadas pela Secretaria Municipal de Transportes - SEMTRAN ou mesmo disponibilizadas pela CONTRATADA como forma de evolução da solução aqui definida.

1.7.5.3. Integração e compatibilidade com os layouts de arquivos totais com o sistema da SEMTRAN/SENATRAN permitindo a importação e exportação de dados, conforme layouts fornecidos pela CONTRATANTE.

1.7.5.4. Todas e quaisquer integrações e automatizações de procedimentos para comunicação com os sistemas da Secretaria Municipal de Transportes - SEMTRAN ou sistemas legados e integrados ao órgão, porventura necessárias para o desempenho do objeto em questão, deverão ser planejadas e implementadas por fornecimento de APIs (Application Programming Interface) e Webservices, com entrada e saída de dados em formato XML, CSV e/ou JSON. A Secretaria Municipal de Transportes - SEMTRAN disponibilizará o acesso a tais APIs e Serviços em momento e condições oportunas.



1.7.5.5. O acesso ao software deverá seguir padrões de segurança da informação onde somente equipamentos e usuários previamente autorizados pela Secretaria Municipal de Transportes - SEMTRAN conseguirão executá-lo.

1.7.5.6. Deverá ser fornecido um sistema de segurança que garanta a absoluta integridade dos autos de infração de trânsito lavrados, sendo registrada toda e qualquer operação efetuada pelos usuários.

1.7.5.7. Política de Propriedades e Disponibilização dos dados:

a. Os dados gerados pelos sistemas deverão ser armazenados em base de dados de média/alta performance implantadas em *cloud-computing* ou *on-primise*, dimensionados conforme a necessidade e requisitos computacionais necessários para atender os sistemas e operação deste projeto;

b. Os procedimentos de armazenamento de dados, arquivos e documentos deverão seguir protocolos de segurança por acesso restrito por autenticação, consumo de APIs por criptografias, camadas SSL, restrições de redes por firewalls, load-balances e proxys, havendo acessos a base de dados e repositórios restrito por vários níveis em camadas de segurança física e lógica;

c. Os dados ARMAZENADOS em REPOSITÓRIOS e BASE DE DADOS relacionais ou não relacionais deverão ser DISPONIBILIZADOS à CONTRATANTE MEDIANTE SOLICITAÇÃO de acesso, formalização e credenciamento, tendo em vista 2 fatores:

I. Acesso direto em tempo real às bases de dados, repositórios de arquivos e documentos através de autenticação/autorização DIRETA disponibilizada aos responsáveis credenciados - Tal acesso permitirá que o usuário credenciado possua permissão de LEITURA ao BANCO DE DADOS de PRODUÇÃO tal como também permissão de LEITURA aos REPOSITÓRIOS de arquivos e documentos de PRODUÇÃO. Considerando que a granularidade dessas permissões concedidas deve ser acordada previamente entre CONTRATANTE e CONTRATADA;

II. Deverão ser disponibilizados artefatos de BACKUPS pontuais ou programados (backups automáticos de contingência) mediante a solicitação - neste caso a CONTRATADA disponibilizará ao usuário credenciado da CONTRATANTE acessos aos arquivos de BACKUPS, mediante a DUMPS, ARQUIVOS SQL, CSV, ARQUIVOS COMPACTADOS entre outros formatos acordados, para DOWNLOAD de todos os DADOS, disponibilizando link restrito com acesso e senha ao credenciado responsável.



1.7.5.8. Considera-se que todos os dados gerados pelos usos dos sistemas são de PROPRIEDADE da CONTRATANTE, porém mantido e sustentado pela CONTRATADA. A CONTRATANTE estabelecerá os procedimentos de comunicação e solicitações para obter o acesso aos dados, mediante critérios de segurança e credenciamento de pessoas responsáveis para este fim juntamente com a CONTRATADA.

1.7.5.9. Ao término do contrato, a CONTRATADA obriga-se a disponibilizar, sem ônus para a CONTRATANTE, cópia atualizada de todas as bases de dados de informações processadas pelos sistemas durante a vigência do contrato, juntamente com ferramenta (programa) para visualização e impressão dos autos de infrações de trânsito que foram registrados durante todo o contrato e demais serviços parte deste projeto.

1.7.6. Impressão dos dados:

1.7.6.1. Deverá permitir a impressão do Auto de Infração em duas vias, quando na presença do infrator. O sistema poderá imprimir o número de vias (uma ou duas) de acordo com o necessário nas demais situações;

1.7.6.2. O fornecimento e a reposição do papel ficarão por conta da empresa CONTRATADA;

1.7.6.3. A qualidade do papel utilizado na impressão do Auto de Infração deverá permitir que as informações impressas permaneçam legíveis por no mínimo 2 (dois) anos, sendo essa comprovação indicada em documentação do fabricante do papel;

1.7.6.4. A impressão dos dados do Auto de Infração deverá ser feita em tempo real, por meio de conexão Bluetooth e/ou Wireless, conectado por meio de cabo com a impressora ou sendo a impressora parte integrante do equipamento, não sendo permitida a impressão posterior;

1.7.6.5. A assinatura da autoridade de trânsito ou de seu agente será obrigatória quando o Auto de Infração do Talão Eletrônico for impresso no ato do seu preenchimento;

1.7.6.6. O Auto de Infração impresso deverá possuir campo para a assinatura do infrator;

1.7.6.7. O Auto de Infração impresso deverá conter aviso que é obrigatória a presença do código INFRAEST ou RENAINF nas notificações sob pena de invalidade da multa;

1.7.6.8. O Auto de Infração deverá permanecer armazenado no equipamento, durante o dia em que foi registrada a infração, a fim de permitir a impressão, pelo equipamento, posterior a autuação.

1.7.6.9. O layout do auto de infração deve ser customizado de acordo com as necessidades da CONTRATANTE.

1.7.7. Processamento dos dados:

1.7.7.1. No sistema de processamento deverá ser realizado todo o cadastro das informações que serão disponibilizadas nos talões eletrônicos;

1.7.7.2. Desde a configuração dos usuários habilitados, lista de talões existentes, tabelas SENATRAN (cor, marca/modelo, municípios...), como a manutenção de dados de veículos, proprietários, condutores e irregularidades, pode ser realizada através da central;



1.7.7.3. Os talões eletrônicos devem operar e sincronizar seu banco de dados com o sistema de processamento, realizar consultas e transferir os autos de infrações disponibilizados pela central;

1.7.7.4. Apenas equipamentos cadastrados e habilitados pela central poderão realizar o acionamento destas rotinas, garantindo segurança ao processo;

1.7.7.5. Imediatamente após o recebimento dos autos de infração, a central de processamento deve poder visualizar e explorar os dados colhidos em campo.

2. JUSTIFICATIVAS

2.1. Da contratação: O Código de Trânsito Brasileiro, no melhor e mais equilibrado espírito federativo, prevê uma clara divisão de responsabilidades e uma sólida parceria entre órgãos federais, estaduais e municipais. Os municípios, em particular, tiveram sua esfera de competência substancialmente ampliada no tratamento das questões de trânsito. Aliás, nada mais justo se considerarmos que é nele que o cidadão efetivamente mora, trabalha e se movimenta, ali encontrando sua circunstância concreta e imediata de vida comunitária e expressão política.

2.1.1. Por isso, compete aos órgãos executivos municipais de trânsito exercer nada menos que vinte e uma atribuições. Uma vez preenchidos os requisitos para integração do município ao Sistema Nacional de Trânsito, ele assume a responsabilidade pelo planejamento, o projeto, a operação e a fiscalização, não apenas no perímetro urbano, mas também nas estradas municipais.

2.1.2. Pensando assim, a Secretaria de Transportes da Prefeitura de São Gonçalo tem como uma de suas missões principais a de garantir a segurança do pedestre, o deslocamento e a acessibilidade através do sistema viário da cidade de forma rápida, segura e eficiente tendo como fator preponderante a qualidade de vida e do meio-ambiente.

2.1.3. Para tanto, esta Secretaria busca contratar o talonário eletrônico, que compreendendo locação e manutenção de equipamentos e softwares e que fornecem aos agentes um instrumento seguro e ágil para desempenhar a fiscalização do trânsito.

2.1.4. Considerando a necessidade de melhoria no sistema de fiscalização e controle do trânsito na cidade a Secretaria de Transportes propõe a continuidade e o aperfeiçoamento do uso do talonário eletrônico e do sistema eletrônico de troca de informações com o DETRAN.

2.1.5. O objetivo maior deste serviço é o de educar e disciplinar o trânsito de nosso município, entretanto ele é autossustentável em razão da receita gerada.

2.1.6. Este sistema poderá viabilizar, além de seus custos de implantação e operação, a realização de sinalização viária em alguns logradouros, tais como a instalação de novos semáforos e placas de sinalização e a pintura de faixas.

2.1.7. Com o desenvolvimento do sistema proposto haverá uma maior segurança para a população e um maior rigor na imposição de penalidades aos infratores, que associado aos programas de educação para o trânsito em execução na Secretaria de Transportes, melhorará de forma significativa a qualidade de vida da população Gonçalense.

2.2. Do quantitativo - Atualmente para realizar a fiscalização de trânsito, o Município conta com um total de 100 (cem) agentes, sendo estes da Guarda Municipal e das equipes volantes da Secretaria de Transportes. Destes 100 (cem) agentes, 50% ficarão constantemente



com o equipamento, enquanto os outros 50% dos agentes compartilharão os demais equipamentos registradores de infração.

2.2.1. Como já foi dito, o sistema de talonário já vem sendo utilizado há mais de 10 anos pela Secretaria de Transportes, onde progressivamente a quantidade de aparelhos foi aumentando conforme o aumento da demanda e as disponibilidades financeiras. A presente intenção de contratar até 80 (oitenta) aparelhos para serem utilizados como talonário eletrônico repete a quantidade do contrato anterior e se enquadra no limitado orçamento da Secretaria.

2.2.2. Fica evidente que para controlar e fiscalizar o trânsito em uma cidade com mais de um milhão de habitantes e com uma frota de mais de 450.000 (quatrocentos e cinquenta mil) veículos o número de agentes e equipamentos do tipo talonário são insuficientes, porém, no momento, é o possível que a Secretaria de Transportes pode dispor e contratar se considerarmos o seu limitado orçamento.

2.3. Do agrupamento em Lote Único: A opção por dividir o objeto em itens, dentro de um mesmo lote se justifica pelo fato de que o fracionamento da licitação em lotes diversos ensejaria a possível contratação de várias empresas para a execução do objeto que, por características e especificações é composto de mais de um item, porém, estes são relacionados, complementares e interdependentes,

2.3.1. Deste modo entende-se a execução do objeto por uma única empresa sendo mais oportuna e conveniente para a Administração, possibilitando a uniformidade e padronização qualitativa dos serviços, pela garantia da qualidade da execução dos serviços, cumprimento dos prazos propostos, melhor custo-benefício para a administração, viabilidade técnica e econômica em escala, privilegiando a eficiência administrativa no gerenciamento do objeto a ser contratado.

2.3.2. Ainda, no presente caso, a contratação por lote único se mostra mais vantajosa, pois as características do objeto obedecem a execução das demandas em diversas localidades, que planejadas e organizadas estrategicamente, geram economia de escala, resultado em redução dos custos para a execução das atividades e, por consequência, o que poderá levar à redução no valor total do serviço a ser contratado.

2.3.3. Portanto, a divisão do objeto em lotes não traria vantagens técnicas, financeiras ou econômicas para a Secretaria Municipal de Transportes - SEMTRAN, podendo até inviabilizar a implementação da solução proposta, com um aumento significativo de custos e riscos para a sua consecução.

2.4. Da adoção do Sistema de Registro de Preços: A presente contratação se enquadra no inc. II do art. 2º do Decreto Municipal 57/09:

*“quando for mais conveniente a aquisição de bens com previsão de **entregas parceladas ou contratação de serviços necessários à Administração para o desempenho de suas atribuições;**”*



2.5. Da não expedição de Convite para participação da Ata: Para esta contratação não faremos a consulta às demais secretarias da municipalidade, por se tratar de serviço afeto à Secretaria Municipal de Transportes e, portanto, de interesse exclusivo desta, não atendendo aos demais órgãos da Administração. Existe, também, urgência nesta contratação, e a expedição de convite, ensejaria retardamento no processo.

3. DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS COMO COMUNS

3.1. Em conformidade com o art. 1º, parágrafo único, da Lei 10.520/02 e art. 3º, II do Decreto nº 093/2021, o serviço objeto da presente contratação enquadra-se na classificação de serviço comum, cujas especificações constam integralmente neste Termo de Referência, em razão de suas características, quantidades e qualidades serem passíveis de especificações usuais no mercado.

4. MODALIDADE, CRITÉRIO DE JULGAMENTO E REGIME DE EXECUÇÃO

4.1. Modalidade: PREGÃO ELETRÔNICO, de acordo com o disposto na Lei 10.520/2002, decreto nº 093/2021 e demais dispositivos legais aplicáveis;

4.2. Critério de Julgamento: MENOR PREÇO DO ITEM;

4.3. Forma de Contratação: INDIRETA;

4.4. Regime de execução: EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO, onde serão medidos mensalmente os equipamentos em uso efetivo pela SEMTRAN.

5. DA VISITA AO LOCAL DOS SERVIÇOS

5.1. A empresa licitante poderá solicitar visita técnica, a fim de conhecer todos os fatores que possam influir direta ou indiretamente nos custos de execução;

5.2. O agendamento da visita técnica deverá ser solicitado através do e-mail: transportes.gabinete@pmsg.rj.gov.br;

5.3. Para realizar a visita, o representante da empresa licitante deverá estar munido de Carta de Credenciamento.

5.4. O prazo para visita técnica é até o dia anterior a data do certame, de segunda à sexta, das 9h00 à 16h00.

5.5. À empresa optante pela realização da visita será emitido Atestado, validado pela SEMTRAN, de que a empresa tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações do objeto.

5.6. Caso a empresa licitante opte pela não realização da visita técnica, deverá apresentar declaração de que tem pleno conhecimento das condições locais e da prestação dos serviços.

6. DA APRESENTAÇÃO DE CATÁLOGOS/ FOLDERS

6.1. Por solicitação da pasta requisitante, o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar deverá, quando solicitado pelo Pregoeiro, apresentar catálogo(s)/ folder(s) dos produtos licitados, via Comprasnet.



6.2. Os referidos documentos serão encaminhados à equipe técnica, que terá o prazo de **até 03 (três) dias úteis** para análise do catálogo(s)/ folder(s);

6.2.1. **O certame ficará suspenso durante a análise da Equipe Técnica;**

6.3. Quando da conclusão da análise será emitido parecer técnico, reprovando ou aprovando o objeto oferecido, a ser entregue ao pregoeiro que consignará o Parecer Técnico também via Comprasnet.

6.4. Serão avaliados os aspectos constantes nos Anexos III e IV do presente Termo de Referência.

6.5. No caso de reprovação do objeto apresentado no catálogo/ folder, o licitante será desclassificado, e convocado o licitante com a classificação imediatamente seguinte, e assim sucessivamente. O procedimento será o mesmo expresso nos subitens acima.

7. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

7.1. Para fins de qualificação técnica, com fundamento no art. 30º, da Lei Federal n.º 8.666/1993, as licitantes deverão apresentar:

7.1.1. Registro ou inscrição da empresa licitante no CREA (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia) e/ou CRA (Conselho Regional de Administração), conforme as áreas de atuação previstas no Termo de Referência, em plena validade;

7.1.2. Cópia da portaria de credenciamento da pessoa jurídica junto à SENATRAN (Secretaria Nacional de Trânsito) (Portaria N.º 099/2017);

7.1.3. Comprovação de aptidão para a prestação dos serviços em características equivalentes ao objeto descrito neste Termo de Referência, por meio da apresentação de um ou mais atestados de capacidade técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado devidamente identificada, em nome do licitante, compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da presente licitação, devidamente lastreada por cópia do contrato da prestação do serviço e Acervo Técnico do responsável no CREA (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia) e/ou CRA (Conselho Regional de Administração) da região de referência a que estiver vinculada a prestação do serviço;

7.1.3.1. Será admitida a apresentação de forma concomitante de diferentes atestados de serviços executados pela pessoa jurídica;

7.1.4. Comprovante de possuir em seu quadro permanente, na data prevista assinatura do contrato, profissional de nível superior, devidamente registrado no CREA (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia) e/ou CRA (Conselho Regional de Administração);



7.1.4.1. Entendendo-se como comprovação, para fins deste certame, o sócio que comprove seu vínculo por intermédio de contrato social/estatuto social; o administrador ou o diretor; o empregado devidamente registrado em Carteira de Trabalho e Previdência Social, e o prestador de serviços com contrato escrito firmado com o licitante, ou com declaração de compromisso de vinculação contratual futura, caso o licitante se sagre vencedor desta licitação.

7.1.5. Registro ou inscrição dos profissionais no CREA (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia) e/ou CRA (Conselho Regional de Administração), conforme as áreas de atuação previstas no Termo de Referência, em plena validade

7.1.5.1. No decorrer da execução do contrato, os profissionais de que trata o subitem anterior poderão ser substituídos, nos termos do artigo 30, §10, da Lei nº 8.666, de 1993, por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que a substituição seja aprovada pela Administração.

7.1.5.2. No caso de dois ou mais licitantes indicarem o mesmo profissional como responsável técnico, ambas as licitantes serão inabilitadas;

7.1.6. Laudo Técnico (elaborado por profissional, sem vínculos laborais com a solicitante, que possua certificação em auditoria de sistema, segurança da informação ou forense computacional, ou por Universidade ou Instituição a ela vinculada) que comprove o atendimento do software aos requisitos estabelecidos pelo SENATRAN, conforme art. 5º da Portaria N.º 099/2017;

7.1.7. Cópia da publicação de homologação na SENATRAN válida, do Software do Talonário Eletrônico de Trânsito, conforme portaria 99/2017 da referida Secretaria Nacional de Trânsito (e suas alterações), em especial com o previsto no artigo 6º da referida Portaria.

7.1.8. No caso de reprovação do licitante na Qualificação Técnica, o licitante será desclassificado, e convocado o licitante com a classificação imediatamente seguinte, e assim sucessivamente. O procedimento será o mesmo expresso nos subitens acima.

7.1.9. As soluções ofertadas serão alvo de Prova de Conceito, conforme definido no Anexo VI, para atestação dos requisitos técnicos especificados para cada solução. A Prova de Conceito é obrigatória e eliminatória, o que significa que caso a comissão não considere todas as soluções aprovadas em suas provas, a Licitante será desclassificada.

7.1.10. Ainda para verificação de conformidade, a(s) licitante(s) deverá(ão) apresentar toda a documentação técnica disponível da solução ofertada, para que sejam analisados pelos representantes da área requisitante.

8. DA ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO

8.1. Os equipamentos (smartphones e impressoras) e todo material complementar



necessário para a operação dos mesmos deverão ser entregues nas dependências da Secretaria Municipal de Transportes, situada à Rua João de Almeida, 30 - 3º andar, Alcântara, São Gonçalo/RJ.

8.2. O prazo de entrega dos equipamentos é de 10 (dez) dias úteis, contados a partir do recebimento da Ordem de Serviço emitida pela Contratante e entregue à Contratada.

8.2.1. As entregas serão parceladas, e solicitadas por ordens de serviço que serão emitidas de acordo com a demanda da Contratante, para consumo da Ata de Registro de Preços.

8.3. Em cada entrega os equipamentos serão recebidos provisoriamente no prazo de 5 (cinco) dias úteis, pelo(s) responsável(s) pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

8.4. Os equipamentos poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 48 (quarenta e oito) horas úteis, a contar da notificação da Contratante à Contratada, às custas desta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.5. Os equipamentos serão recebidos definitivamente no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado e atesto da(s) nota(s) pelos fiscais do contrato.

8.5.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem 8.3 não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada a entrega, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

8.6. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes de vícios redibitórios e eventuais problemas no fornecimento.

9. PRAZO E VIGÊNCIA DA CONTRATAÇÃO

9.1.1. O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços é de 12 (doze) meses, contados da data de assinatura da Ata de Registro de Preços, vedada a sua prorrogação, conforme art. 12 caput do Decreto Federal 7.892/2013.

9.1.2. O prazo de vigência do contrato decorrente da Ata de Registro de Preços terá início no dia da sua assinatura, terá o resumo do contrato publicado no Diário Oficial e terá duração de 12 (doze) meses.

9.1.2.1. Considerando que os serviços pretendidos têm natureza contínua, não podendo ser interrompidos, sob pena de causar prejuízos à Administração, o contrato poderá sofrer prorrogação por iguais e sucessivos períodos, na hipótese e forma que alude o artigo 57, inciso II da Lei 8.666/93, devendo ser precedida de manifestação da Assessoria Jurídica da



Procuradoria-Geral do Município, e demonstrado nos autos que a medida importará em obtenção de preços e condições mais vantajosas para a Administração.

9.1.3. Os motivos de força maior que possam justificar suspensão da contagem do prazo, somente serão considerados pela SEMTRAN quando apresentados na ocasião das ocorrências anormais. Não será levado em consideração qualquer pedido de suspensão de contagem do prazo ou prorrogação do mesmo, baseado em ocorrências não aceitas pela SEMTRAN nas épocas próprias.

10. DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DO CONTRATANTE

10.1.1. Prestar à Contratada todas as informações solicitadas e necessárias para a execução dos serviços;

10.1.2. Controlar a distribuição dos equipamentos locados;

10.1.3. Designar servidores para acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato;

10.1.4. Notificar a Contratada, por escrito, a ocorrência de eventuais falhas ou imperfeições na execução dos serviços, fixando prazo para sua correção;

10.1.5. Atestar a execução da prestação dos serviços e receber as faturas correspondentes, quando apresentadas na forma estabelecida neste Termo de Referência;

10.1.6. Efetuar o pagamento devido à Contratada pela execução dos serviços prestados, nos termos e prazos contratualmente previstos, após terem sido devidamente atestados pelo Fiscal do Contrato e visados pelo Gestor do Contrato, de acordo com a norma de contratação;

10.1.7. Indicar os endereços que servirão de bases para os postos de serviços, podendo alterá-los posteriormente conforme suas necessidades, desde que notificada a Contratada.

11. DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

11.1. A Contratada deverá efetuar manutenções preventivas e corretivas dos equipamentos e do sistema.

11.2. A Contratada deverá se responsabilizar pelo cumprimento de toda legislação vigente e encargos de qualquer natureza com o seu pessoal, incluindo encargos de natureza trabalhista, acidente de trabalho, pagamento de taxas, impostos, emolumentos, multas e demais contribuições fiscais que incidam ou venham incidir sobre a prestação de serviços.

11.3. Fiscalizar o perfeito cumprimento do serviço a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida pela Contratante;

11.4. Responsabilizar-se pelo fiel cumprimento dos serviços objeto do presente Termo de Referência e seus anexos;

11.5. Relatar à Contratante qualquer irregularidade observada em virtude da prestação dos serviços e prestar os esclarecimentos que forem solicitados, atendendo prontamente, às reclamações e solicitações;

11.6. Executar os serviços no prazo determinado;



- 11.7.** Comunicar à SEMTRAN, por escrito, sobre a impossibilidade de execução dos serviços em tempo hábil, ou possíveis atrasos;
- 11.8.** Assegurar que os serviços executados garantam a segurança e integridade dos usuários contra acidentes causados por falhas mecânicas ou elétricas;
- 11.9.** Não será aceito equipamento diferente do tipo contratado;
- 11.10.** A Contratada deverá se responsabilizar pelo ressarcimento de quaisquer danos diretos, comprovados, à Contratante, na execução das obrigações assumidas, respondendo por perdas e danos cometidos;
- 11.11.** A Contratada deverá manter, durante a vigência do Contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas neste Termo de Referência, o que será observado, quando dos pagamentos à Contratada;
- 11.12.** A Contratada deverá prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelo órgão ou entidade Contratante, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente, bem como dar ciência aos mesmos, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução do Contrato;

12.DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

- 12.1.** A fiscalização do contrato será exercida por, no mínimo, 02 (dois) servidores públicos lotados na SEMTRAN e formalmente nomeados pelo Secretário Municipal de Transportes através de Portaria publicada no Diário Oficial do Município.
- 12.2.** Os fiscais anotarão em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.
- 12.3.** A Contratada deverá respeitar as Normas e Instruções adotadas pela Fiscalização da Contratante

13.DA MEDIÇÃO E DO PAGAMENTO

- 13.1.** O valor a ser pago à CONTRATADA será calculado com base na medição da quantidade de aparelhos efetivamente solicitados por Ordem de Serviço da Contratante e disponibilizados pela Contratada, devidamente operáveis, com Sistema e Rede em perfeito funcionamento e em conformidade com as especificações deste Termo de Referência, para uso da Contratante, dentro do mês referente ao faturamento.
- 13.1.1.** Havendo necessidade de retirada de aparelhos para manutenção, por defeito ou outros, deve ser disponibilizado aparelho substitutivo na imediata ocasião da retirada;
- 13.1.2.** Nos casos de manutenção, defeito ou outros que ocasione retirada de aparelhos e estes não sejam substituídos conforme o subitem anterior, ocasionando *déficit* no quantitativo, será descontado da medição mensal o valor conforme premissa abaixo:



N = quantidade de aparelhos faltantes

S = custo unitário do aparelho/ 30 (R\$/dias mês)

T = dias em que houve déficit no quantitativo

D = desconto

$D = N \times S \times T$

13.1.3. Nos casos de suspensão, indisponibilidade ou inaptidão técnica dos sistemas e rede, de responsabilidade comprovada da Contratada, será descontado da medição mensal o valor conforme premissa abaixo:

S = custo unitário do serviço/ 720 (R\$/horas mês)

T = dias em que houve erro na operação

D = desconto

$D = S \times T$

13.2. Nos casos previstos nos subitens 13.1.2 e 13.1.3, poderá ainda ser considerada a Inexecução Parcial ou Total do Serviço, de acordo com o período, ficando à discricionariedade da Contratante a aplicação das Sanções Administrativas previstas neste Termo de Referência.

13.3. A Nota Fiscal ou Fatura emitida pela Contratada deverá ser atestada pelos Fiscais da Contratação, que farão a conferência da paridade do faturamento com as premissas de medição descritas nos subitens acima.

13.4. Somente será emitida ordem de pagamento mediante apresentação da Nota Fiscal, devidamente atestada, no Protocolo da Secretaria Municipal de Trânsito.

13.5. O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias corridos, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal no protocolo da SEMTRAN, devidamente atestada, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pela contratada.

13.5.1. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data do recebimento da Nota Fiscal atestada, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

13.6. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.



13.6.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

13.7. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

13.8. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

13.9. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

13.10. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

13.11. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

13.12. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

13.13. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

13.14. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

13.15. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.



13.15.1. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

13.16. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) : \frac{(6 / 100)}{365} \quad \begin{array}{l} I = 0,00016438 \\ TX = \text{Percentual da taxa anual} = 6\% \end{array}$$

13.17. As especificações do CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO encontram-se detalhadas no Anexo II deste Termo de Referência.

14.DO REAJUSTE

14.1. Os preços são fixos e irrealizáveis no prazo de vigência da Ata, 12 (doze meses) contados da sua assinatura.

14.2. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno dos 12 (doze meses), aplicando-se o IPCA (Índice ao Consumidor Amplo) exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

14.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

14.4. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.



14.5. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

14.6. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

14.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

14.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

15. DOS CONSÓRCIOS E SUBCONTRATAÇÃO

15.1. É vedada a participação de empresas em Consórcio, uma vez que a execução do objeto envolve projeto de atribuição de uma única modalidade. A divisão da execução do objeto desta Licitação entre Empresas consorciadas poderia dificultar a execução.

15.2. É vedada a subcontratação total ou parcial do objeto do certame uma vez que a execução do objeto envolve uma única modalidade.

16. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

16.1. Comete infração administrativa, nos termos do artigo 7º caput, da Lei nº 10.520 de 2002, o licitante/adjudicatário que:

- a) não assinar o contrato quando convocado dentro do prazo de validade da proposta
- b) não aceitar/retirar a nota de empenho dentro do prazo.
- c) apresentar documentação falsa;
- d) deixar de entregar os documentos exigidos no certame;
- e) ensejar o retardamento da execução do objeto;
- f) não manter a proposta;
- g) cometer fraude fiscal;
- h) comportar-se de modo inidôneo;

16.1.1. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

16.2. Nos casos omissos no subitem 16.1. e conforme discricionariedade da administração pública, serão aplicadas as sanções previstas nos artigos 86 e 87 da Lei 8.666/93:

16.3. Na hipótese da ocorrência de quaisquer infrações contratuais ou legais, especialmente de inadimplemento de obrigação pela CONTRATADA, o Município aplicará as seguintes sanções previstas nos artigos 86 e 87 da Lei nº. 8.666/93:

16.3.1. Advertência escrita;

16.3.2. Multa;

16.3.3. Suspensão temporária;

16.3.4. Declaração de inidoneidade;

16.3.5. Advertência por escrito, quando a CONTRATADA infringir obrigações ajustadas no CONTRATO e for a primeira falta. Neste caso, será concedido,



formalmente, pela Fiscalização, prazo à CONTRATADA para sanar as irregularidades.

16.4. Da Aplicação de Multa por Atraso Injustificado ou Inexecução Total ou Parcial do Objeto do Contrato:

16.4.1. A Comissão ou servidor especialmente designado serão responsáveis pelo acompanhamento e fiscalização da execução do contrato administrativo, observados os prazos estabelecidos para seu cumprimento integral ou parcial, deverão comunicar à autoridade responsável pela contratação a ocorrência de atraso injustificado em sua execução, bem como a sua inexecução total ou parcial, a fim de viabilizar a aplicação das multas previstas na Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

16.4.2. A multa a que se referem os artigos 86 e 87, II, da Lei nº 8.666/93, pode ser definida e aplicada nas situações seguintes:

16.4.3. Por atraso, nos Contratos de Compras, em geral;

16.4.4. Por inexecução total ou parcial;

16.4.5. No caso de atraso de até 30 (trinta) dias, multa de 0,2% (dois décimos por cento) sobre o valor da obrigação, por dia corrido de atraso;

16.4.6. No caso de atraso entre o 31º (trigésimo primeiro) dia até o 60º (sexagésimo) dia, multa de 0,4% (quatro décimos por cento) sobre o valor da obrigação, por dia corrido de atraso.

16.5. Das Disposições Gerais com relação à aplicação da multa:

16.5.1. Poderá ser aplicada Multa Especial, no valor equivalente a 10% (dez por cento) do valor da contratação, quando a CONTRATADA, sem a existência de motivo justo, der causa à sua rescisão.

16.5.2. Em toda e qualquer fase ou etapa da contratação, estará a CONTRATADA sujeita à multa correspondente à diferença de preço resultante da nova licitação realizada para complementação ou realização da obrigação.

16.5.3. As multas, quando cabíveis e aplicáveis, serão cumulativas com as demais penalidades, eventualmente passíveis de imposição.

16.5.4. As multas serão recolhidas em favor da CONTRATANTE, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da data da notificação do ato que as impuser à CONTRATADA, assegurados, em qualquer caso, o contraditório e a ampla defesa, constante da alínea f, inciso I, do art.109, da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações.

16.5.5. Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA antes da comprovação do recolhimento da multa ou da prova de sua não aplicabilidade por ato formal da Secretaria Gestora do contrato.

16.5.6. Se os valores das multas referidas nas cláusulas anteriores não forem pagos ou depositados voluntariamente pela CONTRATADA, no prazo estipulado na cláusula 15.5.4., será promovido o desconto do valor devido, descontando-se o valor da multa das parcelas a serem pagas. **Em caso de inexistência ou insuficiência de crédito por parte da CONTRATADA, o valor devido será cobrado administrativamente e/ou inscrito** como Dívida Ativa do Município e cobrado judicialmente.

16.5.7. Porse tratar a presente contratação de Ata por Sistema Registro de Preço, para



todos os efeitos de aplicação de Multa, será adotado como Valor da Contratação, aquele referente à Ordem de Serviço de competência da inexecução total ou parcial.

16.6. A imposição de qualquer penalidade não exime a CONTRATADA do cumprimento de suas obrigações, nem de promover as medidas necessárias para reparar ou ressarcir eventuais danos, perdas e prejuízos que seu ato punível venha a acarretar à Administração Pública direta ou indireta.

16.7. Em todos os casos, a penalidade de multa será aplicada pela Comissão de Fiscalização, submetido obrigatoriamente à autorização da autoridade competente da Contratada.

16.8. Suspensão temporária – é a penalidade que suspende a participação em Licitação e declara o impedimento de contratar com o MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO, por prazo não superior a 02 (dois) anos, a ser estabelecida pelo Chefe do Poder Executivo, em despacho fundamentado e publicado.

16.9. Declaração de inidoneidade – é a declaração que impede a Empresa Licitante ou CONTRATADA de licitar ou contratar com a Administração Pública direta e indireta, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição. Poderá haver a reabilitação perante a própria Autoridade que aplicou a penalidade, assim que a Licitante ou CONTRATADA ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes, após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na cláusula anterior.

16.10. O processo de pedido de Declaração de Inidoneidade da Licitante ou CONTRATADA será encaminhado à Procuradoria Geral do Município de São Gonçalo, para apreciação, antes de a decisão ser publicada.

17.DA POSSIBILIDADE DE ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

17.1. A quantidade máxima estimada de serviços que serão tomados pelos órgãos participantes do certame, durante a vigência da Ata de Registro de Preços obedecerá ao disposto no Anexo I.

17.2. A adesão à Ata de Registro de Preços por órgãos e entidades que não tenham participado do certame dependerá, além de autorização do órgão gerenciador, da observância dos limites previstos na legislação vigente, da aceitação pela CONTRATADA e, ainda, do cumprimento aos seguintes critérios:

- a) Os quantitativos fixados pelos órgãos e entidades que não tenham participado do certame não serão computados nos quantitativos fixados originariamente no Anexo I;
- b) Ao órgão ou entidade que não tenha participado do certame fica vedada a fixação de suas respectivas quantidades em montante superior ao máximo estabelecido no Anexo I;

17.3. A existência de preços registrados não obrigará a Administração a firmar contratações que deles poderão advir, facultada a realização de licitação específica ou a contratação direta dos serviços pretendidos nas hipóteses previstas na Lei 8.666/1993, mediante fundamentação, assegurando-se ao beneficiário do registro de preços a preferência na prestação de serviços em igualdade de condições.

17.4. A quantidade máxima estimada de serviços que serão tomados pelos órgãos participantes do certame, durante a vigência da Ata de Registro de Preços obedecerá ao disposto no Anexo I.

18.DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA



18.1. Os recursos financeiros serão atendidos pelas verbas próprias do orçamento, através da dotação orçamentária:

PROGRAMA DE TRABALHO	NATUREZA DE DESPESA	FONTE
2051.26.453.2031.2.209	3.3.90.39.00	03

19.RELAÇÃO DOS ANEXOS

19.1. ANEXO I: PLANILHA DE QUANTITATIVOS E CUSTOS

19.2. ANEXO II: CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO

19.3. ANEXO III: ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DOS EQUIPAMENTOS.

19.4. ANEXO IV: ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DOS SOFTWARES.

19.5. ANEXO V: ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DA CAPACITAÇÃO E TREINAMENTO.

19.6. ANEXO VI: PROVA DE CONCEITO.

ANEXO I DO TERMO DE REFERÊNCIA PLANILHA DE QUANTITATIVO

Descritivo:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QUANT.	UNID.
01	Equipamentos Eletrônicos Registradores de Infrações de Trânsito e Transporte Características mínimas: Smartphone com pacote de dado e voz - tela mínima full HD 5", câmera duplas sendo a principal de 13 MP; processador Quad-Core, memória 2GB-RAM, armazenamento 16-GB, localização por GPS; bluetooth integrado, comunicação GSM/GPRS/3G/4G, WiFi e kit de proteção contra quedas. Impressora térmica - Impressão em papel rolo, peso máximo 800g, resolução 200 dpi h/v, largura do papel 70mm, velocidade 3 linhas/s, bluetooth, bateria recarregável com autonomia de 8 horas. Software de gestão - Características mínimas (Anexo IV) Período de 12 meses	80	Unid



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS E SUPRIMENTOS

ANEXO II DO TERMO DE REFERÊNCIA
CRONOGRAMA ESTIMADO DE DESEMBOLSO FINANCEIRO

ETAPA	PERÍODO DE EXECUÇÃO	PRAZO (DIAS CORRIDOS)		DISPÊNDIO (R\$)		EXECUÇÃO/ DISPÊNDIO (%)	
		PARCIAL	ACUMULADO	PARCIAL	ACUMULADO	PARCIAL	ACUMULADO
1ª	à	30	30			8,33%	8,33%
2ª	à	30	60			8,33%	16,66%
3ª	à	30	90			8,33%	24,99%
4ª	à	30	120			8,33%	33,33%
5ª	à	30	150			8,33%	41,66%
6ª	à	30	180			8,33%	49,99%
7ª	à	30	210			8,33%	58,33%
8ª	à	30	240			8,33%	66,66%
9ª	à	30	270			8,33%	74,99%
10ª	à	30	300			8,33%	83,33%
11ª	à	30	330			8,33%	91,66%
12ª	à	30	360			8,33%	100,00%



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS E SUPRIMENTOS



ANEXO III DO TERMO DE REFERÊNCIA
ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DOS EQUIPAMENTOS

1. SMARTPHONES:

- a. Tamanho da tela: mínimo de 5 polegadas;
- b. Resolução da tela: Full HD;
- c. Câmera principal: dupla, 13 MP;
- d. Sistema: compatível com a solução proposta;
- e. Processador, Memória e Armazenamento: Quad-Core, 2GB-RAM e 16-GB respectivamente (compatível com a utilização da solução para seu mínimo funcionamento adequado);
- f. Bateria: duração mínima de 14 horas de uso real e tempo de recarga máxima de 2h30m;
- g. Localização por GPS;
- h. Tecnologia Bluetooth integrada;
- i. Comunicação GSM/GPRS/3G/4G;
- j. Wifi;
- k. Kit de proteção contra quedas;

2. IMPRESSORA TERMO-TRANSFERENCIA

- a. Impressão térmica em papel rolo;
- b. Peso máximo municiado (bateria + papel) = 800 gramas;
- c. Resolução mínima de 200 dpi h/v;
- d. Largura mínima do papel 70milímetros;
- e. Velocidade mínima de impressão de 3 linhas por segundo;
- f. Recurso de conectividade Bluetooth;
- g. Recurso de impressão gráfica (logotipo) no formato BMP;
- h. Bateria recarregável com autonomia de 8 horas;
- i. Acessórios de ligação, conexão e operação;



ANEXO IV DO TERMO DE REFERÊNCIA

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DOS SOFTWARES

1. SISTEMA DE TALONÁRIO ELETRÔNICO:

1.1. APLICATIVO:

- 1.a.1.** Permitir lavratura de Autor de Infração;
- 1.a.2.** Permitir Consulta de Veículos;
- 1.a.3.** Permitir Consulta de Condutores;
- 1.a.4.** Contrarrecibo de aplicação de medidas administrativa (Art 269 e Art. 270 § 2º- CTB);
 - 1.a.4.1.** Emitir preenchimento do Guia de Devolução do Veículo;
 - 1.a.4.2.** Emitir preenchimento do Guia de Recolhimento do Veículo;
 - 1.a.4.3.** Emitir preenchimento do Guia de Recolhimento de Documento (CRLV/CNH/PPD);
 - a.** Anexar a Galeria de Provas utilizando a câmera para foto da documentação;
 - b.** Permitir a Assinatura Digital Condutor;
 - c.** Permitir a Assinatura Digital Agente;
- 1.a.5.** Possibilitar o Login por Touch ID (Biometric smartphone);
- 1.a.6.** Possibilitar o uso do Leitor do QR Code as placas Mercosul;
- 1.a.7.** Permitir o procedimento de atualização da carga embarcada;
- 1.a.8.** Permitir Consultar de Tipificações de Infrações;
- 1.a.9.** Permitir preenchimento do formulário de contato – para solicitações, dúvidas, críticas e feedback;
- 1.a.10.** Permitir visualizar as infrações lavradas do dia;
- 1.a.11.** Permitir impressão do auto de infração;
 - a.** Permitir conexão com impressora térmica (via bluetooth);
 - b.** Possibilitar a impressão da segunda via do auto de infração;
 - c.** Possibilitar impressão da via do condutor e via do agente;
 - d.** Possibilitar impressão dos guias complementares do sistema;
- 1.a.12.** Permitir visualizar quantidade de talões eletrônico disponíveis;
- 1.a.13.** Permitir visualizar quantidade de talões eletrônico utilizados;
- 1.a.14.** Permitir visualizar quantidade de talões eletrônicos enviados;
- 1.a.15.** Permitir consultar indicadores de infrações do agente;
 - a.** Quantidade periódica;
 - b.** Abordagens e sem abordagens;
 - c.** Enviadas e Processadas;



1.a.16. Permitir consultar infrações do agente enviadas ao sistema por período;

1.a.17. Possuir registro da geolocalização no registro da infração;

1.2. PORTAL:

1.b.1. Possuir acesso por login e senha em todos os portais;

1.b.2. Permitir cadastrar usuários definindo seus perfis de acessos;

1.b.3. Permitir o cadastro de equipamentos no sistema;

1.b.4. Possuir mecanismo de associação dos equipamentos ao usuários, onde seja restringindo a utilização do usuário em outro equipamento não associado;

1.b.5. Permitir bloqueio do usuário na utilização do equipamento;

1.b.6. Permitir visualizar os autos de infrações operacionais:

a. Possuir filtros por range de datas (período);

b. Possuir filtro por número do auto;

c. Possuir filtro por placa do veículo;

d. Possuir filtro por CNH do condutor;

e. Possuir filtro por Tipificações de Infrações;

1.b.7. Permitir a visualização do auto de infração no sistema:

a. Possuir visualização do detalhamento do auto;

b. Permitir a visualização da galeria de provas (fotos);

c. Permitir a visualização da assinatura digital do condutor e veículo;

d. Possibilitar impressão do documento digital de Auto de Infração de Trânsito;

1.b.8. Possuir a consulta e visualização dos dados de utilização do sistema:

a. Visualizar consultas realizadas a veículos;

b. Visualizar consultas realizadas a condutores;

c. Visualizar descarte de autos;

d. Permitir consulta de logs de processamentos e envios de infrações com erros e falhas;

1.b.9. Permitir visualizar indicadores:

a. Indicadores de quantidade de autos de infrações por período;

b. Indicadores de abordagem e sem abordagem;

c. Indicadores de envio e processamento de autos;

d. Possuir indicadores por tipo de infração;

e. Possuir indicadores por tipo de município/local;

f. Possuir indicadores por agentes de trânsito;

1.b.10. Permitir visualizar relatórios:

a. Possuir relatórios de infrações de trânsito, com filtros de período, tipificação, agentes e local;

b. Possuir relatórios para guias complementares (recolhimento de veículos e recolhimento de documentos);



- c. Possuir relatório de operações e fiscalização;
- d. Possuir relatórios de envio e processamento dos autos ao RENAINF;
- e. Permitir exportar relatórios em formato PDF;
- f. Permitir imprimir relatórios;

- 1.b.11. Possibilitar visualizar infrações por localização em mapa georeferenciados;

1.3. SERVIÇOS E INTEGRAÇÕES:

- 1.c.1. Possibilitar a integração para consulta de veículos - RENAVAM;
- 1.c.2. Possibilitar a integração para consulta de condutores - RENACH;
- 1.c.3. Possibilitar a integração para consulta de infrações – RENAINF;
- 1.c.4. Possibilitar a integração para comunicação com a Base Estadual e Base Nacional – RENACH, RENAVAM e RENAINF;
- 1.c.5. Possibilitar a integração para importação da carga estadual de condutores (RENACH);
- 1.c.6. Possibilitar a integração para importação da carga estadual de veículos (RENAVAM);
- 1.c.7. Possuir serviço de processamento diário para envio automatizado de autos de infrações ao sistema RENAINF do órgão;
- 1.c.8. Possibilitar a integração dos registros de recolhimento de documento ao sistema de PROTOCOLO do órgão;
- 1.c.9. Possibilitar a integração dos registros de recolhimento de veículos ao sistema de PROTOCOLO do órgão e CONTROLE DE PATIOS;
- 1.c.10. Possibilitar integrações com outros sistemas internos e externos do órgão, dada uma necessidade específica ou identificada posteriormente.
- 1.c.11. Possibilitar a integração com sistemas e subsistemas do órgão através de APIs em padrão REST – consumindo dados em padrão JSON;
- 1.c.12. Possibilitar a integração com sistemas e subsistemas do órgão através de Webservices SOAP – consumindo dados em padrão XML;
- 1.c.13. Fornecer API do sistema em padrão REST para consumo de sistemas e subsistemas do órgão para necessidade de integrações e consulta a base do sistema da contratada.

2. SISTEMA DE RASTREAMENTO E MONITORAMENTO:

2.1. APLICATIVO RASTREADOR:

- 2.a.1. Permitir rastreamento smartphone;
- 2.a.2. Possibilitar o registro da geolocalização e identificação do equipamento;
- 2.a.3. Possibilitar o envio de alarmes e alertas de notificação;



2.2. APLICATIVO MONITOR:

- 2.b.1.** Possuir acesso por login e senha em todos os portais;
- 2.b.2.** Permitir a visualização dos agentes rastreados através do smartphone;
- 2.b.3.** Permitir a visualização em mapas georeferenciados;
- 2.b.4.** Permitir a identificação situacional do usuário rastreado, onde informe se está online, offline ou desconectado;
- 2.b.5.** Permitir visualizar última localização;
- 2.b.6.** Permitir visualizar a rota;
- 2.b.7.** Permitir visualizar as geocercas referenciadas;
- 2.b.8.** Permitir visualizar os alarmes gerados pelas geocercas;
- 2.b.9.** Permitir visualizar os alarmes de eventos ocorridos (movimentação, situação e mensagens).

2.3. PORTAL:

- 2.c.1.** Possuir acesso por login e senha em todos os portais;
- 2.c.2.** Permitir a visualização dos agentes rastreados através de mapas georeferenciados em tempo real;
- 2.c.3.** Permitir a identificação situacional em tempo real do usuário rastreado, onde informe se está online, offline ou desconectado;
- 2.c.4.** Permitir a navegação no mapa georeferenciado, possibilitando visualizar o detalhamento situacional de cada usuário rastreado;
- 2.c.5.** Permitir visualização e detalhamento do usuário/item rastreado:
 - a. Visualizar georeferenciamento (latitude e longitude);
 - b. Visualizar data e hora;
 - c. Visualizar situação (online, offline ou desconectado);
 - d. Visualizar curso de apontamento (norte, sul, leste e oeste);
 - e. Visualizar altitude;
 - f. Visualizar dados de carga da bateria do equipamento;
 - g. Visualizar endereço;
 - h. Visualizar Nome e Equipamento;
- 2.c.6.** Permitir configurar grupos de itens rastreados;
- 2.c.7.** Permitir criar graficamente através do mapa georeferenciado cercas virtuais, delimitando um espaço pontual (seja fixo, periódico ou eventual);
- 2.c.8.** Possibilitar a visualização de alertas em tempo real;
- 2.c.9.** Permitir visualizar o trajeto/rota executada pelo usuário rastreado no mapa;
- 2.c.10.** Possibilitar alarmes sonoro no sistema;
- 2.c.11.** Permitir a consultar e visualização das atividades e registros:
 - a. Registros de rotas com filtros por período e grupo;
 - b. Registros de eventos com filtros por período e grupo;
- 2.c.12.** Permitir visualizar relatórios;



- a. Relatórios de rotas;
- b. Relatórios de eventos;
- c. Relatórios de geocercas virtuais;

2.c.13. Permitir visualizar logs e registros de acessos e processamentos;

2.c.14. Permitir receber alertas e notificações de evento ocorridos – (movimentação, parada, situação, curso e alarmes predefinidos);

2.4. SERVIÇOS E INTEGRAÇÕES:

2.d.1. Possibilitar a integração com sistemas e subsistemas do órgão através de APIs em padrão REST – consumindo dados em padrão JSON;

2.d.2. Possibilitar a integração com sistemas e subsistemas do órgão através de Webservices SOAP – consumindo dados em padrão XML;

2.d.3. Fornecer API do sistema em padrão REST para consumo de sistemas e subsistemas do órgão para necessidade de integrações e consulta a base do sistema da contratada.

3. SISTEMA DE GESTÃO DE INFRAÇÕES:

3.1. PORTAL:

3.a.1. Possuir acesso por login e senha;

3.a.2. Possuir controle de permissões controladas pelo Portal Administrativo;

3.a.3. Possuir apresentação modularizada com a possibilidade de configuração nome dos módulos e título dos botões;

3.a.4. Permitir a vinculação das AITs sincronizadas no talonário com o número de protocolo de atendimento;

3.a.5. Permitir tramitações entre módulos do sistema, com o controle de fluxo configurados pelo Portal Administrativo;

3.a.6. Permitir cancelar o progresso com a respectiva análise da permissão;

3.a.7. Permitir arquivar o processo com a respectiva análise da permissão;

3.a.8. Permitir pedido de desarquivamento do processo com a respectiva análise da permissão;

3.a.9. Permitir a solicitação de voto com a respectiva análise da permissão;

3.a.10. Permitir a definição de lista de votos com a respectiva análise da permissão;

3.a.11. Permitir a definição do resultado do processo com a respectiva análise da permissão;

3.a.12. Permitir a visualização do histórico de eventos do processo;

3.a.13. Permitir a visualização do histórico de processos criados;

3.a.14. Permitir a criação de atas com o respectivo controle de permissões;

3.a.15. Permitir a vinculação de processos a ata com o respectivo controle de permissões;



- 3.a.16.** Permitir visualizar informações referente a: Penalidades, Pontuação, Cassação e Suspensão de CNH;
- 3.a.17.** Possibilitar armazenamento de documentos e envio a sistema de gerenciamento eletrônico de documento (GED);
- 3.a.18.** Permitir visualizar relatórios:
 - a. Possuir relatórios de processos, com filtros de período, situação, placa, número de processo, número do auto, local e condutor;
 - b. Possuir relatórios de tramitações;
 - c. Possuir relatório quantitativos referente aos processos;
 - d. Permitir exportar relatórios em formato PDF;
 - e. Permitir imprimir relatórios;
- 3.a.19.** Permitir visualizar dashboards e métricas:
 - a. Possuir indicadores quantitativos referente a processos, tramitações;
 - b. Possuir indicadores quantitativos referente a recursos e defesas;
 - c. Possuir indicadores quantitativos de notificações;
 - d. Possuir indicadores quantitativos situações;
 - e. Possuir indicadores quantitativos referente a julgamentos;
 - f. Possuir indicadores quantitativos de suspensão e cassação;
- 3.a.20.** Permitir visualizar logs e registros de acessos e processamentos;

3.2. PORTAL ADMINISTRATIVO:

- 3.b.1.** Possuir acesso por login e senha;
- 3.b.2.** Permitir o cadastro de novos usuários;
- 3.b.3.** Permitir o cadastro de grupos de usuários;
- 3.b.4.** Permitir a configuração da modularização de portais com a parametrização de nome dos módulos e título dos botões;
- 3.b.5.** Permitir e controlar permissões de acesso dos grupos de usuários;
- 3.b.6.** Permitir o controle do fluxo de tramitações a partir do grupo do usuário autenticado;

3.3. SERVIÇOS E INTEGRAÇÕES:

- 3.c.1.** Possibilitar a integração com a geração de número de PROTOCOLO do MUNICÍPIO;
- 3.c.2.** Possuir integração com as infrações sincronizadas com o talonário eletrônico sem perda em duração da integração;
- 3.c.3.** Possibilitar a integração com o sistema do órgão para o controle de notificações emitidas;
- 3.c.4.** Possibilitar a integração para consulta de veículos - RENAVAM;
- 3.c.5.** Possibilitar a integração para consulta de condutores - RENACH;
- 3.c.6.** Possibilitar a integração para consulta de infrações – RENAINF;



- 3.c.7.** Possibilitar a integração com sistema RENACH para consulta de Penalidades, Pontuação, Cassação e Suspensão da CNH;
- 3.c.8.** Possuir integração com sistema de GED (Gerenciamento Eletrônico de Documentos);
- 3.c.9.** Possuir integração com sistema de configuração e controle de acesso através do Portal Administrativo;
- 3.c.10.** Possibilitar integrações com outros sistemas internos e externos do órgão, dado uma necessidade específica ou identificada posteriormente.
- 3.c.11.** Possibilitar a integração com sistemas e subsistemas do órgão através de APIs em padrão REST – consumindo dados em padrão JSON;
- 3.c.12.** Possibilitar a integração com sistemas e subsistemas do órgão através de Webservices SOAP – consumindo dados em padrão XML;
- 3.c.13.** Fornecer API do sistema em padrão REST para consumo de sistemas e subsistemas do órgão para necessidade de integrações e consulta a base do sistema da contratada.

4. SISTEMA DE FISCALIZAÇÃO E GESTÃO DE TRANSPORTES:

4.1. APLICATIVO:

- 4.a.1.** Permitir lavratura de Infrações – municipais de transportes;
- 4.a.2.** Permitir Consulta de auxílio na fiscalização de Veículos de Transportes;
- 4.a.3.** Permitir Consulta de auxílio na fiscalização de Motoristas;
- 4.a.4.** Permitir emissão de Guia de Recolhimento de Documentação;
- 4.a.5.** Emitir preenchimento do Guia de Recolhimento do veículo de Transporte;
- 4.a.6.** Permitir Consultar de Tipificações de Infrações;
- 4.a.7.** Permitir visualizar as infrações lavradas;
- 4.a.8.** Permitir impressão do auto de infração;
 - a. Permitir conexão com impressora térmica (via bluetooth);
 - b. Possibilitar a impressão da segunda via do auto de infração;
 - c. Possibilitar impressão da via do condutor e via do agente;
 - d. Possibilitar impressão dos guias complementares do sistema;
- 4.a.9.** Possuir registro da geolocalização no registro da infração;
- 4.a.10.** Recebimento de alertas de transportes com irregularidades;

4.2. PORTAL:

- 4.b.1.** Possuir acesso por login e senha em todos os portais;
- 4.b.2.** Permitir cadastrar usuários definindo seus perfis de acessos;
- 4.b.3.** Permitir o cadastro de equipamentos no sistema;



- 4.b.4.** Possuir mecanismo de associação dos equipamentos aos usuários, onde seja restringindo a utilização do usuário em outro equipamento não associado;
- 4.b.5.** Permitir bloqueio do usuário na utilização do equipamento;
- 4.b.6.** Possibilitar Cadastros e gerenciamento de Inspeção e avaliação de Transportes;
- 4.b.7.** Possibilitar Visualização das inspeções;
- 4.b.8.** Permitir Configuração de Inspeção por tipo de veículo;
- 4.b.9.** Permitir cadastro e gerenciamento de Tipos de Transportes;
- 4.b.10.** Permitir cadastro e gerenciamento das Tipificações de Infrações de Transportes no sistema;
- 4.b.11.** Permitir busca e consulta aos autos de Infrações de Transportes:
 - a. Possuir filtros por range de datas (período);
 - b. Possuir filtro por número do auto;
 - c. Possuir filtro por placa do veículo;
 - d. Possuir filtro por CNH do condutor;
 - e. Possuir filtro por Tipificações de Infrações;
- 4.b.12.** Permitir a visualização detalhada do auto de Infração de Transportes no sistema:
 - a. Possuir visualização do detalhamento do auto;
 - b. Possibilitar impressão do documento digital de Auto de Infração de Trânsito;
- 4.b.13.** Permitir realizar busca e fiscalização de transportes no sistema por filtros:
 - a. Realizar busca do veículo de transporte por: placa, chassi, matrícula, empresa, licença e tipo de veículo;
 - b. Visualizar detalhes do veículo de transporte dos principais dados que for obtido pela consulta ao RENAVAM;
 - c. Possibilitar o cadastro e atualização dos dados de transportes, relativo as informações necessárias para complementar a fiscalização de transportes:
 - I. Empresa / Proprietário;
 - II. Endereço;
 - III. Matrícula;
 - IV. Número da Licença;
 - V. Dados do Convênio;
 - VI. Especificações física dos veículos;
 - VII. Especificações administrativas do veículo;
 - VIII. Datas e validades de licenças e documentação;
 - IX. Documentação valida;
 - X. Motoristas;



XI. Outras informações que auxiliam na fiscalização dos transportes;

XII. Inspeção;

4.b.14. Possuir a consulta e visualização dos dados de utilização do sistema:

- a. Visualizar consultas realizadas a veículos;
- b. Visualizar consultas realizadas a condutores;
- c. Visualizar descarte de autos;
- d. Permitir consulta de logs de processamentos e envios de infrações com erros e falhas;

4.b.15. Permitir visualizar indicadores:

- a. Indicadores de quantidade de autos de infrações por período;
- b. Indicadores de abordagem e sem abordagem;
- c. Indicadores de envio e processamento de autos;
- d. Possuir indicadores por tipo de infração;
- e. Possuir indicadores por tipo de município/local;
- f. Possuir indicadores por agentes de trânsito;

4.b.16. Permitir visualizar relatórios:

- a. Possuir relatórios de infrações de trânsito, com filtros de período, tipificação, agentes e local;
- b. Possuir relatório de operações e fiscalização de transportes;
- c. Permitir exportar relatórios em formato PDF;
- d. Permitir imprimir relatórios;

4.b.17. Possibilitar visualizar infrações por localização em mapa georreferenciados;

4.b.18. Possibilitar painel de Alertas e Notificações de Transportes (alertas de vencimento de Licenças, Convênios, Irregularidades, Vencimento de CNH, Vencimento de Inspeção);

4.3. SERVIÇOS E INTEGRAÇÕES:

4.b.19. Possibilitar a integração para consulta de veículos - RENAVAM;

4.b.20. Possibilitar a integração para consulta de condutores - RENACH;

4.b.21. Possibilitar a integração para comunicação com a Base Estadual e Base Nacional – RENACH e RENAVAM;

4.b.22. Possibilitar a integração para importação da carga estadual de condutores (RENACH);

4.b.23. Possibilitar a integração para importação da carga estadual de veículos (RENAVAM);

4.b.24. Possibilitar a integração dos registros de recolhimento de documento ao sistema de PROTOCOLO do órgão;



- 4.b.25.** Possibilitar a integração dos registros de recolhimento de veículos ao sistema de PROTOCOLO do órgão e CONTROLE DE PATIOS;
- 4.b.26.** Possibilitar integrações com outros sistemas internos e externos do órgão, dada uma necessidade específica ou identificada posteriormente.
- 4.b.27.** Possibilitar a integração com sistemas e subsistemas do órgão através de APIs em padrão REST – consumindo dados em padrão JSON;
- 4.b.28.** Possibilitar a integração com sistemas e subsistemas do órgão através de Webservices SOAP – consumindo dados em padrão XML;
- 4.b.29.** Fornecer API do sistema em padrão REST para consumo de sistemas e subsistemas do órgão para necessidade de integrações e consulta a base do sistema da contratada.



ANEXO V DO TERMO DE REFERÊNCIA

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

DA CAPACITAÇÃO E TREINAMENTO

1. ESPECIFICAÇÕES GERAIS

- 1.1. Disponibilizar treinamento inicial completo de todos os softwares e aplicativos disponibilizados pela CONTRATADA;
- 1.2. Permitir treinamento e capacitação de maneira REMOTA e PRESENCIAL;
- 1.3. Possibilitar o TREINAMENTO em módulos com mínimo de 3 (três) horas para cada software e aplicativo;
- 1.4. A CONTRATANTE deverá definir uma turma de treinamento com máximo de 25 (vinte e cinco) agentes de trânsito e usuários gestores e operacionais dos sistemas por turma de treinamento, agendada junto a CONTRATADA;
- 1.5. Disponibilizar manuais, cartilhas e material digital ou impresso aos usuários e agentes que irão realizar a capacitação;

2. ESPECIFICAÇÃO DO TREINAMENTO PRESENCIAL

- 2.1. Disponibilizar a realização do treinamento PRESENCIAL com mínimo de um instrutor fornecido pela CONTRATADA para realizar a capacitação;
- 2.2. O treinamento presencial deverá ter uma duração máxima de 8 (oito) horas ao dia em horário comercial e dias úteis da semana;
- 2.3. A CONTRATADA deverá disponibilizar todos os softwares e materiais necessários para acompanhamento e realização do treinamento;
- 2.4. A CONTRATANTE deverá disponibilizar a infraestrutura necessária para realização do treinamento presencial em local próprio ou de terceiro, como, sala adequada, refrigeração do ambiente, água e espaço adequado para apresentação;
- 2.5. A CONTRATANTE deverá disponibilizar os equipamentos e estrutura necessária para realização do treinamento presencial, como link de internet, acesso wifi, equipamento de videowall, energia elétrica, televisores e material necessário;

3. ESPECIFICAÇÃO DO TREINAMENTO REMOTO

- 3.1. Permitir a realização do treinamento de maneira REMOTA, através de vídeo conferência;
- 3.2. Disponibilizar a plataforma de vídeo conferência para comunicação remota;
- 3.3. Disponibilizar através da plataforma comunicação por imagens e vídeos com os instrutores;
- 3.4. Disponibilizar através da plataforma de treinamento a transmissão de slides e visualização dos aplicativos para acompanhamento;
- 3.5. Definição de métricas e horas de treinamento e capacitação realizadas;



3.6.A CONTRATANTE fica responsável por disponibilizar ambiente e infraestrutura adequada para que os usuários e agentes realizem o treinamento remoto (link de internet e computador conectado a plataforma fornecida pela CONTRATADA);

4. APLICAÇÃO DA AVALIAÇÃO DOS AGENTES E USUÁRIOS

- 4.1. Possibilitar mecanismos de avaliação teórica e prática dos agentes e usuários dos sistemas ao qual receberem treinamento;
- 4.2. Aplicação de avaliação teórica através de exames – questões objetivas sobre o sistema e módulo de treinamento;
- 4.3. Aplicação da avaliação prática em campo na utilização do aplicativo de talonário eletrônico e guias auxiliares;
- 4.4. A CONTRATADA deverá disponibilizar um avaliador que fará o check de capacitação do agente na avaliação prática do sistema;
- 4.5. Fornecer a entrega do CERTIFICADO de conclusão do treinamento após a avaliação e check de capacitação de utilização do sistema;
- 4.6. O CERTIFICADO de conclusão deverá conter o nome completo do agente que passou por todas as avaliações aplicadas, considerando-o apto a operar os softwares de Talonário Eletrônico e aplicativos agregados;

5. OPERAÇÃO ASSISTIDA

- 5.1. Fornecer técnicos para acompanhamento de operação assistida nas primeiras semanas de operação após os treinamentos, favorecendo o suporte e socorro aos agentes de trânsito e usuários;
- 5.2. Fornecer técnicos para acompanhamento de operação assistida em situações de operações críticas e importantes conforme a necessidade da CONTRATANTE junto a CONTRATADA;
- 5.3. Fornecer técnicos para acompanhamento de operação assistida quando houver liberação de novas funcionalidades ao qual podem interferir no fluxo e processo operacional atual.



ANEXO VI DO TERMO DE REFERÊNCIA

PROVA DE CONCEITO

1. INFORMAÇÕES GERAIS

1.1. Após a conclusão da Qualificação Técnica da empresa provisoriamente classificada em primeiro lugar, será enviado ao Pregoeiro, juntamente com o Parecer Técnico sobre a Qualificação Técnica, informativo de convocação, com a data para execução da Prova de Conceito (PoC), visando aferir o atendimento dos requisitos e funcionalidades mínimos da solução tecnológica especificadas neste;

1.1.1. Para a PoC deverá ser providenciada instalação à expensas do licitante provisoriamente classificada em primeiro lugar, de estrutura para uma amostragem dos sistemas que constam no presente Termo e Referência, ou seja, Talonário Eletrônico de Trânsito e Solução Integrada de Monitoramento, Gestão e Fiscalização de Trânsito, com todas as suas funcionalidades.

1.1.2. Entende-se por Prova de Conceito (PoC) o procedimento realizado durante o processo licitatório para verificação do atendimento dos requisitos e funcionalidades da solução tecnológica a ser disponibilizada para a prestação dos serviços descritos neste Termo de Referência;

1.1.3. O objetivo é a avaliação técnica e funcional, em tempo real da disponibilização e operação de sistema integrado de gerenciamento das despesas e informações dos veículos, com captura eletrônica instantânea das transações de produtos e serviços automotivos em rede credenciada de fornecedores, mediante ressarcimento.

1.1.4. O prazo máximo para a execução da PoC será de 3 (três) dias úteis a contar da data da publicação da convocação no Comprasnet;

1.1.5. A Prova de Conceito – PoC, ocorrerá nas dependências da SEMTRAN, **situada à Rua João de Almeida, 30 - 3º andar, Alcântara, São Gonçalo/RJ;**



- 1.1.6. A PoC será realizada por equipe técnica designada, sendo aquela responsável pela confecção deste Termo de Referência, para aferição do atendimento dos itens descritos no Anexo IV;
- 1.1.7. A PoC poderá ser acompanhada pelos demais licitantes, mediante registro formal de interesse junto ao Comprasnet, quando da divulgação da data da PoC, conforme subitem 1.1, com antecedência de até 24 (vinte e quatro) horas úteis do seu início;
- 1.1.8. O canal para acompanhamento será disponibilizado no ato da convocação que será encaminhada ao pregoeiro para consignação;
- 1.1.9. O acompanhamento da PoC ficará limitado à participação de até 1 (um) *login* de cada licitante;
- 1.1.10. A responsabilidade por eventuais incoerências que acarretem na perda de visualização da PoC, de responsabilidade comprovadamente independente da Contratante, são de responsabilidade de cada um dos licitantes;
- 1.1.11. Para realização da POC (Prova de Conceito) a contratada deverá executar todos os passos descritos no Item 2 deste Anexo;
- 1.1.12. Para a correta execução dos passos, a licitante poderá solicitar a CONTRATANTE uma lista de registros de dados referente a condutores e veículos para servirem como dados de simulação da execução da prova de conceito, referente às pesquisas de veículos e condutores;
- 1.1.13. A SEMTRANpor intermédio da equipe técnica elaborará relatório com o resultado da PoC, em até 3 (três) dias úteis após sua ocorrência, informando se a solução tecnológica apresentada pelo licitante classificado e habilitado provisoriamente em primeiro lugar está ou não de acordo com os requisitos e funcionalidades estabelecidas;
- 1.1.14. Caso o relatório indique que a solução tecnológica está em conformidade com as especificações exigidas, o licitante será declarado vencedor do processo licitatório;
- 1.1.15. Caso o relatório indique que a solução foi aprovada com ressalvas, as não conformidades serão listadas e o licitante terá prazo de até 3 (três) dias úteis, não prorrogáveis, a contar da data de ciência do respectivo relatório, para proceder aos ajustes necessários na solução e



disponibilizá-la, para a realização de testes complementares, para aferição da correção ou não das inconformidades indicadas;

- 1.1.16. Poderá ser considerada aprovada com ressalva a solução que, embora possua todas as funcionalidades previstas na PoC, venha a apresentar falha durante o teste;
- 1.1.17. No caso de reprovação do objeto na Prova de Conceito, o licitante será desclassificado, e convocado o licitante com a classificação imediatamente seguinte, e assim sucessivamente.
- 1.1.18. O procedimento será o mesmo expresso nos subitens acima.
- 1.1.19. Em todos os casos, o relatório da Equipe Técnica será encaminhado ao Pregoeiro nos autos, para que seja consignado no Comprasnet e sejam adotadas as medidas de prosseguimento do certame previstas neste Termo de Referência;

2. ASPECTOS DA AVALIAÇÃO DA PoC

2.1. A prova de conceito constará nas seguintes etapas:

- 2.1.1. Demonstração das funcionalidades e execução de auto de infração no sistema de talonário eletrônico – (fiscalização e lavratura de auto de infração);
- 2.1.2. Demonstração das principais funcionalidades do sistema de tarefas e sistema de rastreamento – (gestão operacional dos agentes de trânsito);
- 2.1.3. Demonstração das principais funcionalidades do sistema de gestão de infrações – (gestão de recursos de infrações);

2.2. Sistema de Talonário Eletrônico

- 2.2.1. Preparar 2 (dois) equipamentos smartphones e etiquetá-los como:
- 2.2.2. Equipamento nº 1 e Equipamento nº 2;
- 2.2.3. Os equipamentos deverão ser carregados com blocos de 10 (dez) talões;
- 2.2.4. Demonstrar as funcionalidades de autenticação do aplicativo, verificando senha inválida em um dos equipamentos;
- 2.2.5. Demonstrar as funcionalidades de autenticação pela biometria em um dos equipamentos;
- 2.2.6. Demonstrar a lavratura de 15 (quinze) auto de infrações, sendo 10 (dez) no equipamento 1 (um) e 5 (cinco) autos no equipamento 2 (dois) (em modo online);
- 2.2.7. Preenchimento do veículo;



- 2.2.8. Preenchimento do condutor;
- 2.2.9. Preenchimento do local de autuação;
- 2.2.10. Preenchimento da tipificação e descrição da infração;
- 2.2.11. Preenchimento do campo observação;
- 2.2.12. Demonstrar a gravação do auto de infração;
- 2.2.13. Demonstrar o procedimento de impressão do auto de infração - imprimir 5 (cinco) dos 15 (quinze) autos lavrados;
- 2.2.14. Demonstrar a consulta de condutores a base RENACH;
- 2.2.15. Demonstrar a consulta de veículos a base RENAVAM;
- 2.2.16. Demonstrar a lavratura de 3 (três) auto de infrações de a partir da consulta RENAVAM por PLACA/CHASSI;
- 2.2.17. Preenchimento automático do veículo a partir da consulta RENAVAM;
- 2.2.18. Preenchimento do condutor;
- 2.2.19. Preenchimento do local de autuação;
- 2.2.20. Preenchimento da tipificação e descrição da infração;
- 2.2.21. Demonstrar a lavratura de 2 (dois) auto de infrações (em modo offline):
- 2.2.22. Preenchimento do veículo (manual ou automático);
- 2.2.23. Preenchimento do condutor;
- 2.2.24. Preenchimento do local de autuação;
- 2.2.25. Preenchimento da tipificação e descrição da infração;
- 2.2.26. Demonstrar assinatura digital do condutor;
- 2.2.27. Demonstrar preenchimento e impressão do guia de recolhimento de documento;
- 2.2.28. Demonstrar preenchimento e impressão do guia de remoção do veículo;
- 2.2.29. Demonstrar preenchimento e impressão do guia de devolução do veículo;
- 2.2.30. Demonstrar funções que comprovam o recebimento de talões digital no aparelho;
- 2.2.31. Demonstrar funções que comprovam a justificativa de desistência de preenchimento do auto de infração;
- 2.2.32. Demonstrar a sincronização do auto de infração ao do portal de gestão, verificando a integridade de todos os números de autos deliberados para cada equipamento;
- 2.2.33. Demonstrar a visualização dos detalhes do auto de infração através do portal de gestão;
- 2.2.34. Verificar a integridade dos dados sincronizados ao sistema de gestão;
- 2.2.35. Demonstrar funcionalidade de pesquisa e iteração dos autos através do portal de gestão;



- 2.2.36. Demonstrar o credenciamento de usuários (agente) e equipamento no sistema de gestão;
- 2.2.37. Demonstrar associação do equipamento ao usuário (agente), validando a não autenticação simultânea de aparelhos;
- 2.2.38. Demonstrar os principais indicadores do portal de gestão;

2.3. Sistema de Rastreamento e Monitoramento

- 2.3.1. Requisitos para preparar o ambiente para execução da prova de conceito referente ao sistema de monitoramento e gestão analítica de fiscalização;
- 2.3.2. Disponibilizar um candidato que possa efetuar o deslocamento pela via a uma distância de pelo menos 200 metros, para realização da simulação do rastreamento;
- 2.3.3. Realizar o acompanhamento em tempo real do procedimento de monitoramento, podendo simular a situação online e offline do equipamento;
- 2.3.4. Demonstrar o uso dos aplicativos e sistema de rastreamento e monitoramento;
- 2.3.5. Demonstrar o credenciamento do usuário equipamento no sistema de rastreamento;
- 2.3.6. Demonstrar o rastreamento online do equipamento credenciado;
- 2.3.7. Demonstrar através da área georeferenciado o local do equipamento rastreado;
- 2.3.8. Demonstrar funcionalidade de criação de cercas virtuais através do mapa do sistema;
- 2.3.9. Demonstrar eventos capturados pelo sistema (entrada/saída) da geocerca;
- 2.3.10. Demonstrar eventos de situação do equipamento (situação do equipamento online/offline);
- 2.3.11. Demonstrar gráfico de rotas/percursos realizado pelo item rastreado;

2.4. Sistema de Gestão de Infrações

- 2.4.1. Demonstrar o uso do sistema de gestão de infrações;
- 2.4.2. Demonstrar a importação integração com as infrações registradas no Sistema de Talonário Eletrônico;
- 2.4.3. Demonstrar os perfis e acessos criado no sistema (Operação, Câmera de Infrações, Renainf e Jari);
- 2.4.4. Demonstrar a funcionalidade de abertura de recursos/processos a partir de um auto de infração;
- 2.4.5. Demonstrar a funcionalidade de anexos de documentação ao processo;



- 2.4.6. Demonstrar fluxo de tramitação do processo;
- 2.4.7. Demonstrar fluxo de anexo dos pareceristas, coordenadores e procuradores;
- 2.4.8. Demonstrar o fluxo de criação de atas do processo;
- 2.4.9. Demonstrar o fluxo de anexo dos relatores e parecer individual;
- 2.4.10. Demonstrar o fluxo do julgamento das reuniões de atas deferido pela JARI;
- 2.4.11. Demonstrar os principais indicadores do portal de gestão;



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS E SUPRIMENTOS

ANEXO II
PROPOSTA COMERCIAL

Proponente:						
Endereço:						
Modalidade: Pregão Eletrônico SRP FMS				Nº ____/2022		
Validade da Proposta: 60 (sessenta) dias				Prazo de Entrega: Conforme TR. (Anexo I)		
CNPJ.:				Insc. Estadual:		
Condições de Pagamento: CONFORME ESPECIFICADO NO EDITAL						
ITEM	QUANT	UNID	ESPECIFICAÇÃO	PREÇO		
				MARCA	UNIT	TOTAL
01	12	Mês	Locação de 80 Equipamentos Eletrônicos Registradores de Infrações de Trânsito e Transporte Características mínimas: Smartphone com pacote de dado e voz - tela mínima full HD 5", câmera duplas sendo a principal de 13 MP; processador Quad-Core, memória 2GB-RAM, armazenamento 16-GB, localização por GPS; bluetooth integrado, comunicação GSM/GPRS/3G/4G, WiFi e kit de proteção contra quedas. Impressora térmica - Impressão em papel rolo, peso máximo 800g, resolução 200 dpi h/v, largura do papel 70mm, velocidade 3 linhas/s, bluetooth, bateria recarregável com autonomia de 8 horas. Software de gestão - Características mínimas (Anexo IV)			
Valor total:						
TOTAL POR EXTENSO R\$ _____						
DATA						
CARIMBO E ASSINATURA DA PROPONENTE						

Obs.: Havendo divergência entre as especificações da codificação CATMAT e o descritivo constante no presente Termo de Referência prevalecerá o Termo de Referência em consonância ao Princípio da Vinculação ao Ato Convocatório.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS E SUPRIMENTOS

ANEXO III

PLANILHA ORÇAMENTÁRIA

ITEM	QUANT	UNID	ESPECIFICAÇÃO	PREÇO	
				UNIT/MENSAL	TOTAL/ANUAL
01	12	Mês	Locação de 80 Equipamentos Eletrônicos Registradores de Infrações de Trânsito e Transporte Características mínimas: Smartphone com pacote de dado e voz - tela mínima full HD 5", câmera duplas sendo a principal de 13 MP; processador Quad-Core, memória 2GB-RAM, armazenamento 16-GB, localização por GPS; bluetooth integrado, comunicação GSM/GPRS/3G/4G, WiFi e kit de proteção contra quedas. Impressora térmica - Impressão em papel rolo, peso máximo 800g, resolução 200 dpi h/v, largura do papel 70mm, velocidade 3 linhas/s, bluetooth, bateria recarregável com autonomia de 8 horas. Software de gestão - Características mínimas (Anexo IV)	R\$ 102.248,53	R\$ 1.226.982,36
Valor total: R\$ 1.226.982,40.					
TOTAL POR EXTENSO: Hum milhão, duzentos e vinte e seis reais e quarenta centavos.					



ANEXO IV
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
(Secretaria Municipal de Transporte)

N.º ____/2022

APrefeitura Municipal de São Gonçalo, com sede à Rua Dr. Feliciano Sodré, n.º 100 – Centro, na cidade de São Gonçalo, inscrito (a) no CNPJ/MF sob o n.º 28.636.579/0001-00, neste ato representado(a) pelo(a) _____ **SECRETÁRIO MUNICIPAL TRANSPORTE**, nomeado(a) pela Portaria n.º ____ de ____ de ____ de 20____, publicada no Diário Oficial Eletrônico do Município de São Gonçalo de ____ de ____ de 2022 inscrito(a) no CPF sob o n.º ____-____-____ portador(a) da Carteira de Identidade n.º _____, considerando o julgamento ____/2022, publicada no ____ de ____/____/2022, processo administrativo n.º 10.577/2022

RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, no Decreto Municipal n.º 057, de 2009, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual _____, especificado no **item 1** do Termo de Referência, anexo I do edital de *Pregão Eletrônico* SRPn.º ____/2021, que é parte integrante desta Ata, assim como a proposta vencedora, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidade, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Item do TR	Fornecedor (<i>razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante</i>)						
X	Especificação	Marca (se exigida no edital)	Modelo (se exigido no edital)	Unidade	Quantidade	Valor Un	Prazo garantia ou validade

3. ÓRGÃO(S) PARTICIPANTE(S)

3.1. São órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços:

Item n.º	Órgãos Participantes	Unidade	Quantidade



4. VALIDADE DA ATA

4.1 O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços é de 12 (doze) meses, contados da data de assinatura da Ata de Registro de Preços, vedada a sua prorrogação, conforme art. 12 caput do Decreto Federal 7.892/2013.

5. REVISÃO E CANCELAMENTO

5.1. A Administração realizará pesquisa de mercado periodicamente, em intervalos não superiores a 180 (cento e oitenta) dias, a fim de verificar a vantajosidade dos preços registrados nesta Ata.

5.2. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo do objeto registrado, cabendo à Administração promover as negociações junto ao(s) fornecedor(es).

5.3. Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, a Administração convocará o(s) fornecedor(es) para negociar(em) a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

5.4. O fornecedor que não aceitar reduzir seu preço ao valor praticado pelo mercado será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

5.4.1. A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

5.5. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

5.5.1. liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e

5.5.2. convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

5.6. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação desta ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

5.7. O registro do fornecedor será cancelado quando:

5.7.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços;

5.7.2. Não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

5.7.3. Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou

5.7.4. Sofrer sanção administrativa cujo efeito torne-o proibido de celebrar contrato administrativo, alcançando o órgão gerenciador e órgão(s) participante(s).

5.8. O cancelamento de registros de preços nas hipóteses previstas nos itens 5.7.1, 5.7.2 e 5.7.4 será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS E SUPRIMENTOS

5.9. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

5.9.1. Por razão de interesse público; ou

5.9.2. A pedido do fornecedor.

6. CONDIÇÕES GERAIS

6.1. As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.

6.2. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93.

6.3. A ata de realização da sessão pública do pregão, contendo a relação dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais ao do licitante vencedor do certame, será anexada a esta Ata de Registro de Preços, nos termos do Decreto Municipal n. 057, de 2009.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em (....) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes *e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver)*.

Local e data
Assinaturas

Representante legal do órgão gerenciador e representante(s) legal(is) do(s) fornecedor(s) registrado(s)



ANEXO V
MINUTA DO CONTRATO

CONTRATO Nº ____/2022

TERMO DE CONTRATO PARALOCUÇÃO DE EQUIPAMENTOS ELETRÔNICOS REGISTRADORES DE INFRAÇÕES DE TRÂNSITO, QUE TEM COMO PRINCIPAL FUNÇÃO AUXILIAR OS AGENTES DE TRANSITO MUNICIPAIS NAS ATIVIDADES RELACIONADAS À FISCALIZAÇÃO DE TRÂNSITO, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO E A _____.

Aos ____ (_____) dias do mês de (_____) do ano de 2022o **Município de São Gonçalo**, pessoa jurídica de direito público interno, doravante denominado CONTRATANTE, representado, neste ato, pelo SECRETÁRIO MUNICIPAL DE TRANSPORTE, o(a) Sr.(Srª) _____, brasileiro(a), portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ expedida pelo _____, inscrito(a) no Cadastro de Pessoas Físicas – CPF – sob o nº. _____, e do outro lado a _____, doravante denominada CONTRATADA, estabelecida a _____, nº. ____ – _____ – _____/____, inscrita no C.N.P.J. sob o nº _____, neste ato representada pelo Sr. _____, _____, _____, _____, _____, expedida pelo _____, e, tendo em vista a decisão proferida no Processo Administrativo nº 10.577/2022, através do Pregão Eletrônico PMSG N.º ____/2022 assinam o presente Contrato, o qual se regerá por toda a legislação aplicável à espécie, particularmente pelas normas gerais consolidadas na Lei nº 8.666/93 de 21 de junho de 1993, Decreto Municipal nº 093, de 15 de Março de 2021, e ainda pelas cláusulas e condições seguintes:

1– CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E DO PRAZO

1.1 Prestação de serviços delocação de equipamentos eletrônicos registradores de infrações de trânsito, que tem como principal função auxiliar os agentes de transito municipais nas atividades relacionadas à fiscalização de trânsito

1.2 O presente instrumento terá a vigência de 12 (doze) meses contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado nos moldes do art. 57, II da Lei nº 8.666/1993.

2 - CLÁUSULA SEGUNDA – DOS SERVIÇOS

2.1 Durante a contratação, a Contratada deverá prestar todos os serviços de Assistência Técnica, com vistas a manter os equipamentos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.



- 2.2 A Assistência Técnica abrange, além da substituição quando for o caso, a realização da manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos pela própria Contratada, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.
- a) Manutenção preventiva é toda a ação sistemática de controle e monitoramento, com o objetivo de reduzir ou impedir falhas no desempenho de equipamentos;
 - b) Manutenção corretiva é aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.
- 2.3 Os equipamentos que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da contratação deverão ser substituídos por outros novos, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos anteriormente contratados.
- 2.4 Uma vez notificada, a Contratada realizará a substituição do(s) equipamento(s) que apresentar(em) vício ou defeito em até 48 (quarenta e oito) horas.
- 2.5 Na hipótese do subitem 1.8.1.4, a Contratada deverá disponibilizar equipamento de especificação igual ou superior ao anteriormente fornecido;
- 2.6 No caso de manutenção, com previsão de retorno do equipamento para a Contratante, a Contratada deverá disponibilizar outro(s) novo(s), de primeiro uso, e originais, ou equipamento(s) em perfeito estado que apresente(m) padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos contratados.
- 2.7 Os equipamentos levados para reparo nas oficinas do fabricante, ou autorizadas, deverão ser devolvidos ao uso da Contratante, se for o caso, em perfeitas condições de funcionamento.
- 2.8 O custo envolvido na troca ou manutenção do(s) equipamento(s) será de responsabilidade da Contratada.
- 2.9 A critério do Município, os equipamentos que sofrerem reparos ou sejam consequentes de troca poderão ser submetidos a novos testes de aceitação e/ou a nova aferição.
- 2.10 Durante o período do contrato, a CONTRATADA será responsável pela manutenção técnica do sistema, inclusive para fins de adequação a eventuais mudanças de legislação e normas internas do Município.
- 2.11 Durante toda a vigência do contrato a empresa Contratada deverá manter e custear um ponto de acesso à internet, velocidade mínima de 100MB, instalado nas dependências da SEMTRAN para prestar o apoio técnico necessário ao bom andamento dos serviços.
- 2.12 O Município será responsável pela integridade e guarda dos Módulos Portáteis (talão eletrônico) fornecidos pela CONTRATADA e operados pelos seus agentes de trânsito. Os custos decorrentes da substituição ou recuperação de equipamentos extraviados, perdidos ou danificados serão ressarcidos à CONTRATADA pelo Município, mediante a apresentação da respectiva Nota Fiscal, e incluídos na primeira medição após a sua apresentação.



- 2.13 Pelo período mínimo de 06 (seis) anos após o final do contrato a CONTRATADA deverá disponibilizar consulta da CONTRATANTE ao banco dados e ao sistema pertinente aos serviços prestados.

3 – CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES

3.1. Obrigações da Contratada:

- 3.1.1 A Contratada deverá efetuar manutenções preventivas e corretivas dos equipamentos e do sistema.
- 3.1.2 A Contratada deverá se responsabilizar pelo cumprimento de toda legislação vigente e encargos de qualquer natureza com o seu pessoal, incluindo encargos de natureza trabalhista, acidente de trabalho, pagamento de taxas, impostos, emolumentos, multas e demais contribuições fiscais que incidam ou venham incidir sobre a prestação de serviços.
- 3.1.3 Fiscalizar o perfeito cumprimento do serviço a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida pela Contratante;
- 3.1.4 Responsabilizar-se pelo fiel cumprimento dos serviços objeto do presente Termo de Referência e seus anexos;
- 3.1.5 Relatar à Contratante qualquer irregularidade observada em virtude da prestação dos serviços e prestar os esclarecimentos que forem solicitados, atendendo prontamente, às reclamações e solicitações;
- 3.1.6 Executar os serviços no prazo determinado;
- 3.1.7 Comunicar à SEMTRAN, por escrito, sobre a impossibilidade de execução dos serviços em tempo hábil, ou possíveis atrasos;
- 3.1.8 Assegurar que os serviços executados garantam a segurança e integridade dos usuários contra acidentes causados por falhas mecânicas ou elétricas;
- 3.1.9 Não será aceito equipamento diferente do tipo contratado;
- 3.1.10 A Contratada deverá se responsabilizar pelo ressarcimento de quaisquer danos diretos, comprovados, à Contratante, na execução das obrigações assumidas, respondendo por perdas e danos cometidos;
- 3.1.11 A Contratada deverá manter, durante a vigência do Contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas neste Termo de Referência, o que será observado, quando dos pagamentos à Contratada;
- 3.1.12 A Contratada deverá prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelo órgão ou entidade Contratante, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente, bem como dar ciência aos mesmos, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução do Contrato;

3.2. Obrigações da Contratante:

- 3.2.1 Prestar à Contratada todas as informações solicitadas e necessárias para a execução dos serviços;



- 3.2.2 Controlar a distribuição dos equipamentos locados;
- 3.2.3 Designar servidores para acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato;
- 3.2.4 Notificar a Contratada, por escrito, a ocorrência de eventuais falhas ou imperfeições na execução dos serviços, fixando prazo para sua correção;
- 3.2.5 Atestar a execução da prestação dos serviços e receber as faturas correspondentes, quando apresentadas na forma estabelecida neste Termo de Referência;
- 3.2.6 Efetuar o pagamento devido à Contratada pela execução dos serviços prestados, nos termos e prazos contratualmente previstos, após terem sido devidamente atestados pelo Fiscal do Contrato e visados pelo Gestor do Contrato, de acordo com a norma de contratação;
- 3.2.7 Indicar os endereços que servirão de bases para os postos de serviços, podendo alterá-los posteriormente conforme suas necessidades, desde que notificada a Contratada.

4 – CLÁUSULA QUARTA – DO VALOR

- 4.1 – A despesa no valor de R\$ _____ (_____) correrão a conta do Programa de Trabalho nº 2051.26.453.2031.2.209, Código de Despesa nº 3.3.90.39.00 e Fonte de Recursos nº 03.

5 – CLÁUSULA QUINTA – DA MEDIÇÃO E DO PAGAMENTO

- 5.1 O valor a ser pago à CONTRATADA será calculado com base na medição da quantidade de aparelhos efetivamente solicitados por Ordem de Serviço da Contratante e disponibilizados pela Contratada, devidamente operáveis, com Sistema e Rede em perfeito funcionamento e em conformidade com as especificações deste Termo de Referência, para uso da Contratante, dentro do mês referente ao faturamento.
- 5.2. Havendo necessidade de retirada de aparelhos para manutenção, por defeito ou outros, deve ser disponibilizado aparelho substitutivo na imediata ocasião da retirada;
- 5.3. Nos casos de manutenção, defeito ou outros que ocasione retirada de aparelhos e estes não sejam substituídos conforme o subitem anterior, ocasionando déficit no quantitativo, será descontado da medição mensal o valor conforme premissa abaixo:

N = quantidade de aparelhos faltantes

S = custo unitário do aparelho/ 30 (R\$/dias mês)

T = dias em que houve déficit no quantitativo

D = desconto



$$D = N \times S \times T$$

5.4. Nos casos de suspensão, indisponibilidade ou inaptidão técnica dos sistemas e rede, de responsabilidade comprovada da Contratada, será descontado da medição mensal o valor conforme premissa abaixo:

S = custo unitário do serviço/ 720 (R\$/horas mês)

T = dias em que houve erro na operação

D = desconto

$D = S \times T$

5.5. Nos casos previstos nos subitens 13.1.2 e 13.1.3, poderá ainda ser considerada a Inexecução Parcial ou Total do Serviço, de acordo com o período, ficando à discricionariedade da Contratante a aplicação das Sanções Administrativas previstas neste Termo de Referência.

5.6. A Nota Fiscal ou Fatura emitida pela Contratada deverá ser atestada pelos Fiscais da Contratação, que farão a conferência da paridade do faturamento com as premissas de medição descritas nos subitens acima.

5.7. Somente será emitida ordem de pagamento mediante apresentação da Nota Fiscal, devidamente atestada, no Protocolo da Secretaria Municipal de Trânsito.

5.8. O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias corridos, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal no protocolo da SEMTRAN, devidamente atestada, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pela contratada.

5.8.1. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data do recebimento da Nota Fiscal atestada, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

5.9. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

5.9.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

5.10. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada



providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

- 5.11. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 5.12. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.
- 5.13. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.
- 5.14. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.
- 5.15. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
- 5.16. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.
- 5.17. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.
- 5.18. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
 - 5.18.1. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.
- 5.19. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento



e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) : \frac{(6 / 100)}{365} \quad \begin{array}{l} I = 0,00016438 \\ TX = \text{Percentual da taxa anual} = 6\% \end{array}$$

5.20. As especificações do CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO encontram-se detalhadas no Anexo II deste Termo de Referência.

6. – CLÁUSULA SEXTA – DO REAJUSTAMENTO

- 6.1 Os preços são fixos e irremovíveis no prazo de vigência da Ata, 12 (doze meses) contados da sua assinatura.
- 6.2 Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno dos 12 (doze meses), aplicando-se o IPCA (Índice ao Consumidor Amplo) exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
- 6.3 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
- 6.4 No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.
- 6.5 Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.
- 6.6 Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.



6.7 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

6.8 O reajuste será realizado por apostilamento.

7 DO CONSÓRCIO E DA SUBCONTRATAÇÃO

7.1 É vedada a participação de empresas em Consórcio, uma vez que a execução do objeto envolve projeto de atribuição de uma única modalidade. A divisão da execução do objeto desta Licitação entre Empresas consorciadas poderia dificultar a execução.

7.2 É vedada a subcontratação total ou parcial do objeto do certame uma vez que a execução do objeto envolve uma única modalidade.

8 – CLÁUSULA OITAVA – DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

8.1. O presente Contrato poderá ser alterado nos seguintes casos:

I – Por acordo das partes:

- a) Quando necessária a modificação do modo de fornecimento, em face da inaplicabilidade dos termos contratuais originários;
- b) Quando necessária a modificação da forma de pagamento, por imposição de circunstâncias supervenientes;
- c) Para restabelecer a relação que as partes pactuaram, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do Contrato.

II – Unilateralmente pela Administração.

- a) Quando houver modificação das especificações, para melhor adequação aos seus objetivos;
- b) Quando necessária à modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites permitidos pela Lei n.º 8.666/93.

9 - CLÁUSULA NONA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

9.1 Comete infração administrativa, nos termos do artigo 7º caput, da Lei nº 10.520 de 2002, o licitante/adjudicatário que:

- i) não assinar o contrato quando convocado dentro do prazo de validade da proposta
- j) não aceitar/retirar a nota de empenho dentro do prazo.
- k) apresentar documentação falsa;
- l) deixar de entregar os documentos exigidos no certame;
- m) ensejar o retardamento da execução do objeto;
- n) não manter a proposta;
- o) cometer fraude fiscal;
- p) comportar-se de modo inidôneo;



- 9.1.1 Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.
- 9.2 Nos casos omissos no subitem 16.1. e conforme discricionariedade da administração pública, serão aplicadas as sanções previstas nos artigos 86 e 87 da Lei 8.666/93:
- 9.3 Na hipótese da ocorrência de quaisquer infrações contratuais ou legais, especialmente de inadimplemento de obrigação pela CONTRATADA, o Município aplicará as seguintes sanções previstas nos artigos 86 e 87 da Lei nº. 8.666/93:
- 9.3.1 Advertência escrita;
 - 9.3.2 Multa;
 - 9.3.3 Suspensão temporária;
 - 9.3.4 Declaração de inidoneidade;
 - 9.3.5 Advertência por escrito, quando a CONTRATADA infringir obrigações ajustadas no CONTRATO e for a primeira falta. Neste caso, será concedido, formalmente, pela Fiscalização, prazo à CONTRATADA para sanar as irregularidades.
- 9.4 Da Aplicação de Multa por Atraso Injustificado ou Inexecução Total ou Parcial do Objeto do Contrato:**
- 9.4.1 A Comissão ou servidor especialmente designado serão responsáveis pelo acompanhamento e fiscalização da execução do contrato administrativo, observados os prazos estabelecidos para seu cumprimento integral ou parcial, deverão comunicar à autoridade responsável pela contratação a ocorrência de atraso injustificado em sua execução, bem como a sua inexecução total ou parcial, a fim de viabilizar a aplicação das multas previstas na Lei nº 8.666/93 e suas alterações.
- 9.4.2 A multa a que se referem os artigos 86 e 87, II, da Lei nº 8.666/93, pode ser definida e aplicada nas situações seguintes:
- 9.4.3 Por atraso, nos Contratos de Compras, em geral;**
- 9.4.4 Por inexecução total ou parcial;**
- 9.4.5 No caso de atraso de até 30 (trinta) dias, multa de 0,2% (dois décimos por cento) sobre o valor da obrigação, por dia corrido de atraso;
- 9.4.6 No caso de atraso entre o 31º (trigésimo primeiro) dia até o 60º (sexagésimo) dia, multa de 0,4% (quatro décimos por cento) sobre o valor da obrigação, por dia corrido de atraso.
- 9.5 Das Disposições Gerais com relação à aplicação da multa:**
- 9.5.1 Poderá ser aplicada Multa Especial, no valor equivalente a 10% (dez por cento) do valor da contratação, quando a CONTRATADA, sem a existência de motivo justo, der causa à sua rescisão.
- 9.5.2 Em toda e qualquer fase ou etapa da contratação, estará a CONTRATADA sujeita à multa correspondente à diferença de preço resultante da nova licitação realizada



para complementação ou realização da obrigação.

- 9.5.3 As multas, quando cabíveis e aplicáveis, serão cumulativas com as demais penalidades, eventualmente passíveis de imposição.
- 9.5.4 As multas serão recolhidas em favor da CONTRATANTE, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da data da notificação do ato que as impuser à CONTRATADA, assegurados, em qualquer caso, o contraditório e a ampla defesa, constante da alínea f, inciso I, do art.109, da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações.
- 9.5.5 Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA antes da comprovação do recolhimento da multa ou da prova de sua não aplicabilidade por ato formal da Secretaria Gestora do contrato.
- 9.5.6 Se os valores das multas referidas nas cláusulas anteriores não forem pagos ou depositados voluntariamente pela CONTRATADA, no prazo estipulado na cláusula 15.5.4., será promovido o desconto do valor devido, descontando-se o valor da multa das parcelas a serem pagas. **Em caso de inexistência ou insuficiência de crédito por parte da CONTRATADA, o valor devido será cobrado administrativamente e/ou inscrito** como Dívida Ativa do Município e cobrado judicialmente.
- 9.5.7 Porse tratar a presente contratação de Ata por Sistema Registro de Preço, para todos os efeitos de aplicação de Multa, será adotado como Valor da Contratação, aquele referente à Ordem de Serviço de competência da inexecução total ou parcial.
- 9.6 A imposição de qualquer penalidade não exime a CONTRATADA do cumprimento de suas obrigações, nem de promover as medidas necessárias para reparar ou ressarcir eventuais danos, perdas e prejuízos que seu ato punível venha a acarretar à Administração Pública direta ou indireta.
- 9.7 Em todos os casos, a penalidade de multa será aplicada pela Comissão de Fiscalização, submetido obrigatoriamente à autorização da autoridade competente da Contratada.
- 9.8 Suspensão temporária – é a penalidade que suspende a participação em Licitação e declara o impedimento de contratar com o MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO, por prazo não superior a 02 (dois) anos, a ser estabelecida pelo Chefe do Poder Executivo, em despacho fundamentado e publicado.
- 9.9 Declaração de inidoneidade – é a declaração que impede a Empresa Licitante ou CONTRATADA de licitar ou contratar com a Administração Pública direta e indireta, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição. Poderá haver a reabilitação perante a própria Autoridade que aplicou a penalidade, assim que a Licitante ou CONTRATADA ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes, após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na cláusula anterior.
- 9.10O processo de pedido de Declaração de Inidoneidade da Licitante ou CONTRATADA será encaminhado à Procuradoria Geral do Município de São Gonçalo, para apreciação, antes de a decisão ser publicada.



- 10.1. As hipóteses de rescisão e inexecução serão regulamentadas pelas disposições contidas nos artigos 78 a 80 da Lei Federal 8.666/93.
- 10.2. A CONTRATANTE poderá rescindir o presente Contrato, por ato administrativo unilateral, nas hipóteses previstas no Art. 78, Inciso I a XII e XVII e XVIII, da Lei n.º 8.666/93, sem que caiba a CONTRATADA qualquer indenização, sem embargo da imposição das penalidades que se demonstrarem cabíveis em processo administrativo regular.
- 10.3. Em todos os casos a rescisão será formalmente motivada nos autos do processo administrativo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, na forma do parágrafo único do art. 78 da Lei n.º 8.666/93.

11 – CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DOS CASOS FORTUITOS OU MOTIVOS DE FORÇA MAIOR

- 11.1. Os casos fortuitos ou motivos de força maior ocorridos com qualquer das partes prolongam, pelo período efetivo de sua duração, o prazo para o cumprimento das obrigações contratuais das PARTES, desde que, comprovadamente, afetem os trabalhos relacionados com o objeto deste CONTRATO.
- 11.2. Os casos fortuitos ou motivos de força maior serão informados por escrito pela fiscalização da Secretaria Municipal de Transporte, para que este decida sobre a atitude a ser tomada, desde que, comprovadamente, afetem as entregas do objeto deste CONTRATO.
- 11.3. Enquanto perdurar o caso fortuito ou o motivo de força maior, nenhuma penalidade, juros ou indenização poderão ser pretendidos pelas PARTES.
- 11.4. Serão para fins deste CONTRATO casos fortuitos ou motivos de força maior aqueles que se enquadrarem na conceituação legal do parágrafo único, do artigo 393, do Código Civil Brasileiro, ou nas disposições do inciso II do § 1º do artigo 57 da Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas alterações.
- 11.5. Cessados os efeitos do caso fortuito ou do motivo de força maior, serão restabelecidas as condições previstas neste CONTRATO.
- 11.6. No caso de não ser reconhecida pela CONTRATANTE a alegação de caso fortuito ou motivo de força maior, poderão ser aplicadas as penalidades previstas neste CONTRATO.

12 – CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA PUBLICAÇÃO

- 12.1 – A Administração Municipal, através da SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTE publicará no Diário Oficial Eletrônico do Município o extrato do contrato celebrado em decorrência de licitação realizada na modalidade pregão, no prazo de até 20 (vinte) dias da data da assinatura, conforme artigo 48, do Decreto Municipal n.º 093/2021.

13 – CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA FISCALIZAÇÃO



- 13.1 A fiscalização do contrato será exercida por, no mínimo, 02 (dois) servidores formalmente nomeados pelo Secretário Municipal de Transportes através de Portaria publicada no Diário Oficial do Município.
- 13.2 Os fiscais anotarão em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.
- 13.3 A Contratada deverá respeitar as Normas e Instruções adotadas pela Fiscalização da Contratante

14 – CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS

- 14.1 – Fica reservado a Fiscalização o direito e autoridade para resolver todo e qualquer caso singular, duvidoso ou omissos, não previsto neste instrumento, nas especificações, e em tudo que se relacione, direta ou indiretamente com o fornecimento do objeto deste Contrato.

15 – CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

- 15.1 – A recusa injustificada da licitante vencedora em assinar o presente Contrato, dentro do prazo estabelecido, caracteriza descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-a as penalidades previstas na Lei nº 8.666/93.
- 15.2 – A CONTRATANTE não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculado à execução do presente Contrato, bem como por quaisquer danos causados a terceiros em decorrência de atos da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.
- 15.3 – É prerrogativa do CONTRATANTE as disposições previstas no Art. 58, da Lei nº 8.666/93.
- 15.4 — O presente contrato integra o ato convocatório desta licitação e seus anexos a este termo, independentemente de transcrição, para todos os fins e efeitos legais.

16 – CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO FORO

- 16.1 – Obriga-se a CONTRATADA, por si e seus sucessores ao fiel cumprimento de todas as condições estabelecidas neste instrumento, ficando desde já, eleito o foro da Comarca de São Gonçalo, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas do presente instrumento.

Para firmeza e validade do que ficou estipulado as partes contratantes assinam o presente Contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma para um só efeito.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS E SUPRIMENTOS

SECRETARIA MUNICIPAL DE _____	
CONTRATANTE	CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

Assinatura: _____

Nome: _____

CPF: _____

Assinatura: _____

Nome: _____

CPF: _____